



Orientações Gerais



Cuiabá - MT
2015





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Orientações Gerais / Maria Abádia da Silva, Bernardo Kipnis, Dante Diniz Bessa, João Antonio Cabral de Monlevade, Francisco das Chagas Firmino do Nascimento. — 4. ed. atualizada e revisada — Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2014.

124p. : il. — (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profuncionário)
1. Profissionais da educação. 2. Educação básica. 3. Educação escolar. I. Setec/MEC e UFMT.
II. Título.

371.1(81)



profuncionário

**Cursos Técnicos de Formação em Serviço
para os Funcionários da Educação**



Presidência da República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Integração das Redes EPT

© Este caderno foi elaborado e revisado em parceria entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal de Mato Grosso para a Rede e-Tec Brasil.

Equipe de Redação

Maria Abádia da Silva
Bernardo Kipnis
Dante Diniz Bessa
João Antonio Cabral de Monlevade
Francisco das Chagas Firmino do Nascimento

Equipe de Revisão

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Coordenação Institucional

Carlos Rinaldi

Coordenação de Produção de Material Didático Impresso

Pedro Roberto Piloni

Designer Educacional

Neure Rejane Alves da Silva

Designer Master

Neure Rejane Alves da Silva

Diagramação

Verônica Hirata

Revisão de Língua Portuguesa

Livia de Sousa Lima Pulcherio

Revisão Científica

João Antonio Cabral de Monlevade

Projeto Gráfico

Rede e-Tec Brasil/UFMT

Apresentação

Prezado(a) participante do Profucionário,

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), fortalece e amplia neste ano de 2014 o Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação (PROFUNCIONÁRIO). Esse programa do Governo Federal tem como objetivo desenvolver ações capazes de criar estruturas promotoras da valorização, visando a contribuir para reverter a dívida histórica do Estado brasileiro para com o segmento de funcionários da educação básica pública – atualmente reconhecidos, pelo art. 61 da LDB, como a Categoria III dos profissionais da educação, segundo o texto da Lei nº 12.014, de 2009.

Em 2005, o MEC propôs ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a inclusão, nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio de uma área específica de educação, não só para a aquisição das competências necessárias para o bom desenvolvimento das atividades educacionais, mas também como instrumento importante para a construção da identidade dos funcionários da educação e sua valorização. Em atenção à solicitação do MEC, o Conselho Nacional de Educação, por meio de sua Câmara de Educação Básica, optou por incorporar às Diretrizes Curriculares Nacionais uma 21ª Área Profissional: a de Serviços de Apoio Escolar, com sugestão de habilitações em Secretariado Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Infraestrutura Escolar e Ambiental.

O Parecer CNE/CEB nº 16/2005, aprovado em 03/08/2005 e homologado pelo Ministro da Educação em 26/10/2005, contribuiu efetivamente para a realização do Profucionário – Cursos Técnicos de Formação para os Funcionários da Educação, buscando unir as dimensões técnicas e pedagógicas imprescindíveis para a formação humana, comprometida, ética e profissionalmente com a construção de uma educação de qualidade para todos.

A implantação do Profucionário consolida-se desde 2006 em regime de colaboração com os sistemas de ensino e com a participação de



entidades como o Consed, a Undime, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e os Conselhos Estaduais de Educação (CEE), tendo sido oficializada pela Portaria MEC nº 25/2007. Mais recentemente, pela Portaria MEC nº 1.547/2011, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que executam as políticas de educação profissional e tecnológica no país, foram convocados a se responsabilizar pela oferta dos cursos na modalidade de educação a distância, como formação em serviço.

Em 4 de abril de 2013, quando se publicou a Lei nº 12.796, é incluído na Lei nº 9.394, de 1996 – a LDB – o artigo 62-A, que traz diretrizes específicas sobre a formação da Categoria III dos Profissionais da Educação Básica – mais conhecidos como técnicos administrativos ou funcionários da educação. Por ele, é afirmado o caráter de seus cursos de formação, de nível médio e superior, **de conteúdos técnico-pedagógicos**, institucionalizando como Lei – tanto na formação inicial quanto na continuada – a concepção e experiência dos cursos do Profuncionário. É exatamente para aperfeiçoar essa proposta que se reedita esse Caderno das Orientações Gerais, agora não destinada prioritariamente a gestores e aos tutores, mas incorporada como disciplina dos cursos técnicos, com linguagem adequada aos milhares de estudantes que passaram a ter não somente oportunidade como **direito à formação profissional, independentemente do regime de trabalho em que atuam nas redes de educação básica**.

Caríssimo(a) orientador(a), tutor(a) e estudante:

Como em todo curso ou em qualquer situação nova, haverá momentos desafiadores. Mas não tenha dúvida: todos encerram experiências que foram longamente pensadas e planejadas para gerar um efeito positivo e direto na sua atuação como educador.

Esperamos que o desenvolvimento do Profuncionário, o convívio com as equipes de trabalho e os materiais propostos tragam momentos proveitosos a você.

Um excelente curso!

São os votos do Governo Federal/Ministério da Educação



Indicação de Ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.

Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.

Saiba mais: remete o tema para outras fontes: livro, revista, jornal, artigos, noticiário, internet, música etc.

Dicionário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.

Em outras palavras: apresenta uma expressão de forma mais simples.

Pratique: são sugestões de: a) atividades para reforçar a compreensão do texto da Disciplina e envolver o estudante em sua prática; b) atividades para compor as 300 horas de Prática Profissional Supervisionada (PPS), a critério de planejamento conjunto entre estudante e tutor.

Refleta: momento de uma pausa na leitura para refletir/escrever/conversar/observar sobre pontos importantes e/ou questionamentos.

Post it: anotação lateral que tem a intenção de apresentar uma informação adicional, lembrete ou reforço de algo já dito.



Atenção



Saiba Mais



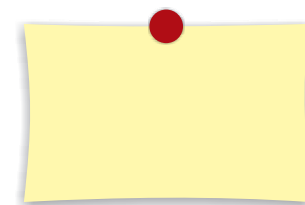
Dicionário



Em outras palavras



Pratique





Sumário

Unidade 1. Orientações Contextuais	17
1.1 Desde quando estão presentes os funcionários nas escolas brasileiras?.....	18
1.2 Experiências com formação profissional dos funcionários da educação antes do Profucionário	23
1.3 Fundamentação Legal: legislação e normatização	26
1.4 Construção da proposta do Profucionário	43
Unidade 2. Orientações sobre oferta a distância	49
2.1 Aprender a distância	50
2.2 Atores envolvidos: compromissos e atribuições.....	53
2.3 Certificação: instituição certificadora, diploma e histórico escolar.....	61
2.4 Perfil e atribuições dos tutores	62
2.5 Orientações para os estudantes.....	65
Unidade 3. Orientações Pedagógicas	69
3.1 Objetivos	70
3.2 Princípios filosóficos, políticos e pedagógicos	71
3.3 Perfil geral do Técnico em Educação	76
3.4 Estrutura curricular	78
3.5 Processo de avaliação.....	104
3.6 Sugestão para estudo das disciplinas.....	109
Unidade 4 Ementário	113
4.1 Núcleo de Formação pedagógica comum às quatro habilitações.....	114
4.2 Núcleo de Formação Técnica Geral e Específica.....	116
Referências	122



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Currículo para formação do Técnico em Secretaria Escolar – 93

Quadro 2 - Currículo para formação do Técnico em Multimeios Didáticos – 96

Quadro 3 - Currículo para formação do Técnico em Alimentação Escolar – 99

Quadro 4 - Currículo para formação do Técnico em Infraestrutura Escolar – 102

Quadro 5 - Quadro geral dos módulos conforme formação específica – 103

Quadro 6 - Resumo do processo de avaliação – 108





LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema do contexto de construção da proposta do Profucionário – 48

Figura 2 - Organograma para o funcionamento do curso a distância – 61

Figura 3 - Cruzamento dos núcleos de formação – 79

Figura 4 - Esquema das relações entre os núcleos na constituição do currículo – 88





LISTA DE SIGLAS

Afuse - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação de São Paulo

Cead - Centro de Educação a Distância

CEB - Câmara da Educação Básica

CEE - Conselho Estadual de Educação

Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Consed - Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação

EAPE - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

FE - Faculdade de Educação/UnB

IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

PCT - Polo Central de Tutoria

PPS - Prática Profissional Supervisionada

PNE - Plano Nacional de Educação

SAE - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal

Sintep - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso

UnB - Universidade de Brasília

Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Introdução

Caro leitor, que inicia um dos cursos técnicos ou que inicia a formação para atuar como tutor e gestor dos cursos nas instituições ofertantes, este documento tem como objetivo situar você na proposta político-pedagógica do Profucionário.

Proposta político-pedagógica refere-se aos princípios que orientam as escolhas conceituais e metodológicas feitas para o planejamento do processo de formação profissional dos funcionários da educação. Abrange a concepção de técnico em educação e os objetivos que se pretende alcançar em seus cursos de formação profissional, por meio de um processo que envolve visão específica sobre diversos elementos, tais como: competências, valores, conhecimentos, habilidades, aprendizagem, currículo, experiência prática, avaliação.

Portanto, a proposta político-pedagógica é um plano de formação orientado por certos princípios, concepções e métodos. Sendo um plano, a proposta orienta, constitui-se em referência, mas não determina as ações a serem realizadas nem as experiências a serem vividas a partir dele.

Esta proposta, é claro, não foi elaborada do nada. Ela foi construída em certas condições contextuais em relação às quais se situa, envolvendo aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e legais.

Ter notícias sobre o contexto de construção histórica, legal e normativa da proposta, ajuda a compreendê-la e a organizar os Cursos. A primeira parte do documento desenvolve esse contexto.

Dentre os elementos do contexto, a modalidade de educação a distância – EaD – e a oferta de Formação em Serviço caracterizam e diferenciam a proposta do Profucionário em relação a outros programas de formação profissional. Ter noção sobre o que é a EaD, como ela funciona e que atores estão envolvidos, bem como revelar as especificidades de uma Formação em Serviço, são importantes para compreender e concretizar a proposta. Essas noções são encontradas na segunda parte do documento.

Objetivo deste caderno:
situar os sujeitos envolvidos
com o Profucionário na sua
proposta político-pedagógica.



Na terceira e na quarta partes, encontra-se a proposta político-pedagógica propriamente dita.

Na terceira, situam-se os objetivos da proposta, os princípios que a orientam, as competências e os conhecimentos previstos para uma formação consistente e coerente com os objetivos, como se pensa o processo de aquisição e construção de competências e conhecimentos, por meio de que material e como esse material foi elaborado. Além disso, para fundamentar as ementas curriculares, encontram-se na terceira parte o perfil geral e os perfis específicos dos técnicos em educação, bem como as orientações sobre os processos de avaliação do desempenho dos estudantes do Profucionário.

Na quarta e última parte, encontra-se o ementário do curso pelo qual se indicam os conteúdos sugeridos para os 20 componentes em que se desdobram 1.380 horas de cada Curso - 13 comuns, incluída a Prática Profissional Supervisionada, e 7 específicas – e que se distribuem nos 40 Cadernos (Impressos e disponíveis no sítio do MEC) dos 4 Cursos até agora previstos no Catálogo de Cursos Técnicos da SETEC: Técnico em Secretaria Escolar, Técnico em Múltiplos Didáticos, Técnico em Alimentação Escolar e Técnico em Infraestrutura Escolar. As 120 horas reservadas para a Parte Diversificada - que completam as 1.500 horas de cada curso (1.200 do mínimo das disciplinas segundo o Catálogo dos Cursos Técnicos + 300 de Prática Profissional Supervisionada) - ficam a critério de cada IF ou outra instituição ofertante, aos quais cabe produzir as ementas de conteúdos e respectivos materiais didáticos.

Quem precisa ler este caderno? Estudantes, tutores, coordenadores dos Institutos e equipes de coordenação estaduais e municipais.

Além de saber do objetivo e da organização deste documento, é importante que se tenha muito claro o seu significado histórico: este documento expressa as orientações político-pedagógicas do primeiro Curso Técnico de Formação para Funcionários da Educação, com abrangência nacional e a ação de uma política do Governo Federal.

Então, todos os que precisam ler este documento (estudantes, coordenadores dos Institutos, tutores, equipes de coordenação estaduais e municipais e outros) para se situarem sobre a proposta e para torná-la realidade, devem estar conscientes de que participam das transformações da história da educação brasileira ao contribuir para a concretização do Profucionário tecendo os fios da história da profissão de técnico em educação.



Talvez, daqui a poucas décadas, nenhum de nós esteja aqui para contar esse pedaço de história que estamos vivenciando aos nossos netos. Mas é bem possível que alguns deles estejam estudando para serem técnicos em educação e, ao estudar a história da profissão, vão estudar este documento, entre muitos outros, além das pesquisas que se realizarem sobre a concretude do Profucionário para entender quando e como os funcionários da educação conquistaram e concretizaram o direito à profissionalização, e que transformações ocorreram de agora até lá.







Unidade 1

Orientações Contextuais



Olá!

Neste primeiro momento do Curso, você vai se situar na história da categoria dos funcionários na educação brasileira e no contexto histórico recente para compreender por que, como e quando surgiu o Profucionário, com as consequentes orientações legais e normativas.

Essas orientações, contudo, estão inspiradas em outras experiências formativas conhecidas (municipais e estaduais) que possibilitam perceber com clareza como vem sendo construída historicamente a profissionalização dos funcionários da educação.

Assim, você vai encontrar os principais elementos contextuais, incluindo acontecimentos, atores, entidades e legislação que podem ajudar a compreender a construção da proposta político-pedagógica do Profucionário.

Você terá nesta Unidade quatro textos para leitura e reflexão e, ao final de cada um deles, uma sugestão de Prática, a que chamamos **Pratique**. A proposta é que você, em acordo com seu(sua) tutor(a) presencial, responda as questões ou execute as tarefas contidas no Pratique e redija um **Memorial**, conforme será mais bem explicado na Unidade III. Parte dessas práticas tem como objetivo a aquisição de conhecimento de conteúdos na própria disciplina; parte delas poderão constituir e somar horas de sua Prática Profissional Supervisionada, essencial para construir sua identidade como Profissional da Educação

1.1 Desde quando estão presentes os funcionários nas escolas brasileiras?

O Brasil começou a ser ocupado pelos Portugueses em 22 de abril de 1500. Essa é a data tradicional da Descoberta do Brasil. Nessa época, entretanto, já havia mais de três milhões de indígenas vivendo por aqui, que falavam mais de 300 línguas diferentes. E a primeira escola do Brasil, quando foi fundada? Quando foi alfabetizada a primeira criança no Brasil? A resposta está documentada: só 50 anos depois, em 1550.





A primeira escola do Brasil, chamada Colégio dos Meninos de Jesus, foi em Salvador, cidade fundada pelo governador-geral Tomé de Sousa. Nela conviviam estudantes, professores e educadores não-docentes.

Os estudantes eram meninos e adolescentes, filhos de portugueses ou de mulheres indígenas que se haviam casado com europeus que já moravam na Bahia. O mais famoso deles era Diogo Álvares Correa, o Caramuru. Mas, atenção ao nome do Colégio – só podiam entrar os meninos de Jesus, ou seja, os que se haviam batizado na Igreja Católica e tinham adquirido hábitos portugueses e cristãos, como o de se vestir e de assistir às missas dominicais.

Os professores eram os sacerdotes jesuítas, de uma Ordem Religiosa fundada alguns anos antes, muito rigorosa, que exigia uma sólida formação geral e pedagógica: dois anos de Religião, dois de Letras, três de Filosofia, três de estágio didático e quatro de Teologia.

Essa Ordem (que hoje conhecemos como Congregação, como a dos Franciscanos, Beneditinos, Salesianos, etc.) também recebia como membros de suas comunidades e colégios os Irmãos Coadjuutores, destinados – como diz a palavra – a coadjuvar, a auxiliar os sacerdotes nas funções materiais que davam apoio a suas atribuições religiosas e didáticas. Entre os cinco jesuítas que chegaram com Tomé de Souza, chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega, estavam dois Irmãos Coadjuutores – Diogo Jácome e Vicente Rodrigues.

Eles foram, sem dúvida, os primeiros “funcionários técnicos administrativos da educação escolar no Brasil” – preenchendo funções não docentes. Eram enfermeiros, cozinheiros, hortelãos, bibliotecários, sacristães, pintores, carpinteiros, escriturários, “preceptores” dos estudantes nos dias e horários não preenchidos por aulas, e até “intérpretes” na língua tupi.

Os primeiros colégios jesuíticos fundados entre 1550 e 1570 em Salvador, São Vicente, São Paulo, Olinda e Rio de Janeiro, eram internatos, precisavam de muitos recursos materiais e, principalmente, de pessoal diversificado. O papel dos **Coadjuutores** foi fundamental na expansão da rede de colégios secundários e escolas elementares, bem como no seu financiamento, baseado principalmente na produção agrícola e pecuária de inúmeras fazendas. Muitas de suas funções – enumeradas



acima – podem ser consideradas como “função educativa direta”. Outras, mais ligadas a atividades materiais, a da administração das fazendas, a da construção e equipamento dos prédios e a da pilotagem dos navios da Ordem, podem-se classificar como “funções indiretamente educativas”, porque não ocorriam em interação com os estudantes, tal como hoje se pode dizer de funcionários da segurança patrimonial escolar ou da gestão central ou regional das redes de ensino.

Entre essas funções indiretamente ligadas à educação, a história brasileira deste período registra, além das exercidas pelos Coadjuutores jesuítas, a de **escravos** africanos. Eles tinham chegado ao Brasil desde 1531, para trabalhar em engenhos de açúcar. No início do Colégio da Bahia, eram pescadores que proviam a alimentação dos religiosos e dos estudantes, lavradores e vaqueiros nas fazendas. Entre esses dois últimos, os documentos históricos registram também a presença de **indígenas** “agregados” às atividades agropecuárias.

Para se ter uma ideia da presença dos religiosos coadjutores e dos demais “não-docentes” envolvidos no sistema escolar jesuítico, de 1550 a 1758, basta dizer que no auge de seu poder, havia 17 colégios secundários (vários com cursos superiores de letras, filosofia e teologia), mais de 200 “escolas de primeiras letras”, e mais de 300 propriedades rurais da Ordem, com um milhão de cabeças de gado e uma produção agropecuária-industrial calculada por economistas em 25% do Produto Interno Bruto do Brasil Colônia. Vejam a importância das escolas e dos educadores para fazer girar a economia colonial!

Toda essa riqueza – e não só a necessidade dos colégios - exigia a presença crescente de coadjutores que se especializavam em diversos ofícios (arquitetos, topógrafos, agrônomos, veterinários, mecânicos, pintores, escultores, músicos) e de muitos escravos e índios agregados. Estes últimos foram, muitas vezes, reunidos em “reduções” missionárias, como as do Amazonas, Pará e Maranhão, e as dos Sete Povos das Missões, no atual território do Rio Grande do Sul, Paraguay e Argentina (Província de Misiones).

Esse acúmulo de riquezas motivou a expulsão dos jesuítas, o fechamento dos colégios e o confisco de seus bens – entre 1758 e 1760.

Desse tempo até 1834, a educação primária pública passou a ser ofe-





recida sob a forma das **Aulas Régias**. Nesse sistema, eram contratados professores sem formação pedagógica, que davam aulas para os meninos em sacristias, repartições públicas e até em suas próprias casas. Não havia prédios escolares – o que dispensou a presença de educadores não-docentes. Só eram necessários escravos e escravas domésticos, para a limpeza e conservação dos ambientes das aulas. Sem a presença de educadores encarregados dos apoios materiais à educação e ao ensino, a qualidade das escolas desabou.

Raras exceções eram as dos cursos secundários, de outras congregações religiosas e dos Seminários de Olinda, Salvador, Mariana e Rio de Janeiro, onde nunca deixaram de trabalhar escrivães, cozinheiros, refeiteiros, enfermeiros, barbeiros, bibliotecários e outros não-docentes, conforme atestam regimentos escolares da época.

A situação começa a mudar a partir de três fatos: a vinda de D. João VI para o Brasil em 1808, a Constituição do Brasil já independente, em 1824, o Ato Adicional de 1834. Por quê?

A presença da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro significou a vinda de professores e cientistas, que viabilizaram a fundação de novos cursos superiores e de escolas privadas. Contribuiu, também, para o crescimento das cidades litorâneas, com a abertura dos portos ao comércio internacional. A Constituição Liberal de 1824 previu o ensino primário gratuito e universal, o que exigia a formação multiplicada de professores. E o Ato Adicional à Constituição, baixado em 1834, resultou na descentralização da oferta do ensino primário e secundário para as Províncias, com a construção de muitos Grupos Escolares nas cidades maiores e na fundação de Liceus, Ateneus e Escolas Normais nas capitais. Ou seja: espaços escolares maiores e mais complexos criavam novas funções não-docentes – como ocorrera antes, nos colégios jesuíticos - e exigiam novos atores, além dos professores.

Da proclamação da República (1889) para cá, cresce a presença dos funcionários técnicos administrativos na educação escolar, em três níveis:

a) Nível de gestão: diretores de escolas, inspetores e supervisores de redes, “especialistas em educação”;

b) Nível burocrático-escolar: secretários, auxiliares administrativos,





pessoal de biblioteca e laboratórios, bedéis;

c) Nível de serviços gerais de apoio: funcionários de conservação, limpeza e vigilância; merendeiras; motoristas escolares.

Esses funcionários passaram a ser recrutados de forma burocrática, por meio de concursos ou seleções pública, ou de forma clientelística, a convite ou por indicação de políticos e/ou gestores, muitas vezes em troca de votos ou de outros favores.

De 1950 para cá, com a forte expansão das matrículas nas escolas primárias e secundárias públicas, e com a introdução da alimentação escolar e das funções de vigilância e segurança, multiplicou-se a presença de funcionários e funcionárias nas redes estaduais e municipais. Em 1980 chegou-se a quase um milhão de não-docentes nas escolas do Brasil.

Entretanto, persistiam as diferenças salariais, de regime de trabalho e de formação entre os professores e os técnicos administrativos. Nos três aspectos, os funcionários eram subvalorizados.

Em 1990 surgiu uma novidade: impulsionados pelo novo dispositivo da Constituição de 1988, que permitia aos funcionários públicos a sindicalização, os funcionários, que em vários estados já haviam se organizado em associações ou tinham sido aceitos em entidades do magistério, reivindicaram uma Unificação Sindical Nacional. Reunidos em Congresso em Aracaju, os educadores públicos (professores, pedagogos e funcionários) fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

No seu Plano de Lutas, foi definida a política de PROFSSIONALIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS, por meio da oferta de cursos técnicos profissionais de nível médio. Daí para o PROFUNCIÓNÁRIO, foi “um pulo”.

Pratique

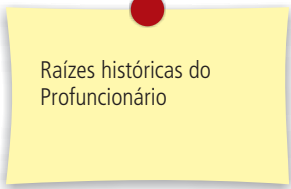
Vamos lá!

Se você é funcionário, responda em seu memorial: qual é seu regime de trabalho: efetivado por concurso; efetivado por tempo de serviço; contratado temporário; terceirizado? Se você fez concurso, qual foi a titulação exigida? Quantos anos você tem de trabalho como funcionário(a)?



1.2 Experiências com formação profissional dos funcionários da educação antes do Profucionário

O texto desta seção do Caderno, por seu caráter mais acadêmico e ilustrativo, é destinado, em especial, para os gestores e tutores do PROFUNCIÓNÁRIO. Entretanto, deve ser lido pelos funcionários que fazem algum dos cursos do Programa, para eles perceberem que mesmo antes da existência oficial do Profucionário, os sindicatos e alguns governos já se envolviam em experiências de formação em serviço dos educadores técnicos administrativos. Umhas tiveram êxito e outras não; mas todas contribuíram para a formulação atual dos cursos profissionais de nível médio, destinados a transformar os funcionários em Profissionais da Educação.



Raízes históricas do Profucionário

A primeira discussão ocorreu em Mato Grosso, na então Associação Mato-grossense de Profissionais de Educação (AMPE), no fim da década de 1980, ainda antes de ela se transformar no atual Sindicato de Trabalhadores do Ensino Público (SINTEP/MT). Podemos resumir as experiências em quatro ofertas e um projeto. As ofertas, todas de cursos presenciais, de formação em serviço de nível médio, foram:

- a. Projeto Arara Azul, em Mato Grosso, que habilitou mais de 5.000 funcionários da rede estadual, de 1992 a 2005;
- b. Cursos Profissionais da Rede Municipal de Cuiabá, que formaram cerca de 1.000 funcionários entre 1995 e 2005;
- c. Cursos Profissionais da Rede Estadual do Acre, que habilitaram cerca de 300 funcionários entre 2000 e 2002;
- d. Cursos Profissionais da Rede do Distrito Federal, que tiveram uma versão coordenada pelo SAE em 1996-97-98, que habilitaram cerca de 100 funcionários em três cursos técnicos, e outra, coordenada pela EAPE, interrompida no final de 1998, quando foi oferecida para 600 funcionários.

As quatro experiências foram construídas com base na soma de três blocos de ensino-aprendizagem: um pedagógico (para a dimensão de educador), outro técnico (para a dimensão de especialista em uma função na escola) e um terceiro de prática profissional (para ligar a





experiência do serviço com os conhecimentos pedagógicos e técnicos da formação).

Partia-se do pressuposto de que os cursos formavam educadores de nível médio e, portanto, abrangiam um conjunto de disciplinas pedagógicas oferecidas pelo Curso Normal, com exceção da Didática e das Metodologias de Ensino, próprias da formação de professores.

Os cursos eram vistos como um processo de **transformação, mais do que de formação.**

Além de educadores, os cursos formavam técnicos em quatro especialidades: alimentação, gestão, multimeios didáticos e manutenção de infraestrutura escolar, motivo pelo qual era imprescindível a oferta de um conjunto de disciplinas com o conteúdo técnico específico, e carga horária substancial de prática, que levassem às novas identidades profissionais. Estas se baseavam e, ao mesmo tempo, iam além dos papéis tradicionais de merendeira, escriturário, agente administrativo, agente de biblioteca ou laboratório, auxiliar de limpeza ou vigilância. Daí a afirmação de que se tratava – na modalidade de formação em serviço – de um processo de transformação, mais do que de formação.

Como ainda não havia sido aprovada a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases – LDB e muito menos publicado o Decreto nº 2.208/1997, cada curso foi proposto em três blocos: dois comuns - de educação geral e pedagógico - e um específico para cada habilitação. A sugestão era de que o primeiro bloco fosse formado por oito disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Matemática, Ciências Físicas, Químicas e Biológicas, Geografia, História, Artes e Educação Física, com um mínimo de 900 horas. O bloco de formação pedagógica deveria ter cinco disciplinas, com um mínimo de 300 horas: História da Educação, Sociologia e Economia da Educação, Filosofia e Antropologia da Educação, Psicologia e Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. E que o bloco de formação técnica, com 1.200 horas, fosse formado pelas disciplinas específicas (800 horas) e pelo Estágio Supervisionado (400 horas).

Em cada bloco de formação técnica, existia uma disciplina introdutória da habilitação que “puxava” as demais e fazia o nexo científico com a área de conhecimento técnico correspondente. Assim apareciam “Teorias Administrativas”; “Teorias da Comunicação”; “Teorias da Nutrição” e “Teorias do Espaço Escolar” que fundamentavam e orientavam as demais disciplinas.





As experiências de oferta dos cursos, citadas anteriormente, mostraram que, na área técnica, algumas disciplinas poderiam ser comuns para as quatro habilitações, como “Informática”, “Direito Administrativo e Trabalhista”. Em cada um dos cursos, sentiu-se a necessidade de mudar, por acréscimo, supressão ou substituição, as disciplinas propostas, mantendo-se sempre a “disciplina teórica introdutória e fundante”.

Além dessas experiências, também deve ser citado o **Projeto Pé de Cedro**, do Mato Grosso do Sul. O Pé de Cedro, como projeto, foi mais um avanço do ponto de vista da proposta curricular para a constituição das identidades profissionais dos funcionários, especialmente em relação ao conjunto de disciplinas de formação pedagógica, assim constituído: História e Política da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia e Organização da Educação Básica no Brasil. As cargas horárias propostas foram reduzidas de forma a comporem 1.000 horas para todo o curso técnico, excluída a educação geral. A “Prática Supervisionada” passou a ser de 300 horas, mesmo número exigido pela LDB na formação de todos os profissionais da educação.

Esse acúmulo de experiências se desenvolve sobre uma base que prevê três abordagens diferentes na formação: a formação pedagógica inspirada nos fundamentos da educação do Curso Normal para formação de professores; a formação específica conforme a habilitação profissional, sempre orientada por uma teoria; e a parte de prática profissional supervisionada.

Em relação a essa base curricular, a proposta de formação do **Profuncionário** é um novo momento de acúmulo e diferenciação no processo de construção das referências para a formação profissional e de **reconstrução** das identidades profissionais. Processo no qual tanto o Ministério da Educação quanto o Conselho Nacional de Educação se inspiraram para propor e definir as Diretrizes Curriculares da Área 21, como será visto na sequência deste Caderno.

Finalmente, não se pode esquecer que durante muitos anos, foram oferecidos aos funcionários em exercício nas escolas cursos de qualificação de curta duração, principalmente em áreas como a alimentação e secretaria escolar. Na primeira, procurava-se enriquecer o conhecimento com diversos cardápios alternativos, noções de higiene e nu-

Projeto Pé de Cedro, no MS, tentativa de aperfeiçoamento da formação dos funcionários em Gestão Escolar.

PROFUNCIONÁRIO, institucionalização da formação em serviço dos funcionários da educação pública.

A palavra **reconstrução** é usada neste documento com inspiração em Habermas (1983). Trata-se, aqui, de um processo de desmontar para depois remontar de modo novo. Esse processo possibilita tanto a conservação como a transformação do que existe, além de possibilitar a criação de algo novo.

A formação profissional dos Técnicos Administrativos da Educação Básica tem fundamento no art. 206 da Constituição e nos artigos 61 e 62-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional!



trição; nas secretarias, a variedade de funções de registro, redação, contabilidade, e o advento de novas leis e normas e, principalmente, dos computadores exigiram treinamentos e avanço na escolaridade. Entre 1972 e 1990, durante a profissionalização compulsória da Lei nº 5.692/71, foi criada e difundida a habilitação de secretariado escolar em nível de II Grau.

Pratique

Vamos lá!

Entreviste dois funcionários com mais de vinte anos de trabalho na escola ou em órgão do sistema de ensino e pergunte quais foram suas experiências de formação profissional na área de atuação, pedindo que descreva seus conteúdos e a influência que teve na sua vida profissional. Registre as conversas em seu Memorial.

1.3 Fundamentação Legal: legislação e normatização

Os princípios gerais da política de formação dos profissionais da educação básica da Categoria a que se refere o inciso III do artigo 61 da LDB, na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com redação das Leis nº 12.014, de 2009 e 12.796, de 2013) e no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

Na Constituição Federal encontram-se os seguintes princípios:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

[...]





V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira com ingresso exclusivamente por concurso de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade;

VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Na Lei de Diretrizes e Bases - LDB, os seguintes princípios são encontrados:

Art. 1- A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

[...]

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;





III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extra-escolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

2009: ano que consagrou os funcionários como profissionais da educação.

Os mais importantes referenciais legislativos do Profuncionário, atualmente, se encontram nos artigos 61 (alterado pelo Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009), e 62-A da LDB, que consagram os funcionários, devidamente habilitados e efetivados, como profissionais da educação, tanto quanto os professores e pedagogos.

Art. 61 Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado e doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.





Parágrafo único. A formação de profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e em outras atividades.

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Esses dispositivos legais não nasceram do nada. Foram fruto de intenso trabalho de sindicalistas da educação, coordenados pela CNTE, e de parlamentares em atuação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal – que fizeram aprovar mudanças substanciais na legislação, por meio de Emendas à Constituição e Projetos de Lei .

Prestemos atenção: o texto original do art. 206 da Constituição falava em valorização dos **profissionais do ensino – portanto, só dos professores ou dos profissionais do magistério**, que incluem também os pedagogos, antes denominados “especialistas em educação”. Com a EC nº 53, de 2006, que criou o FUNDEB em substituição ao FUNDEF, não somente se mudou a expressão “profissionais do ensino” por “profissionais da educação escolar”, como foi inserido um parágrafo único prevendo Lei para estabelecer quais categorias de trabalhadores seriam consideradas “profissionais da educação básica”.





Essa Lei foi a de nº 12.014, de 2009, que modificou o art. 61 da LDB, reforçada recentemente pela Lei nº 12.796, de 2013, que introduziu o art. 62-A – que regulamenta a formação da Categoria III.

Assim, podemos concluir: todos os que trabalham nas escolas são **trabalhadores em educação**. Quando esses trabalhadores têm exercício permanente em escolas públicas, adquirido por ingresso em concursos públicos de provas e títulos, e têm diplomas profissionais de professores, pedagogos e de técnicos em educação (Categoria III) são de direito e de fato **profissionais da educação**. No caso da Categoria III, os cursos profissionais são os da 21ª Área da Educação Profissional, definida pelo Conselho Nacional de Educação – que coincidem com os cursos do Profuncionário, oferecidos na modalidade EAD como formação em serviço.

Voltaremos a focalizar a natureza desses cursos profissionais na próxima seção desta mesma unidade das OG.

No Plano Nacional de Educação, PNE, fixado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que norteia as políticas educacionais no Brasil desta data até 2023, encontram-se os seguintes referenciais, entre diretrizes, metas e estratégias, que devem ser replicadas ou detalhadas nos Planos de Educação Estaduais, Municipais e do Distrito Federal:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

[...]

IX – valorização dos(as) profissionais da educação;

Estratégia 1.8: promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

Estratégia 4.13: apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda por escolarização dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) ou intérpretes de Libras, guias-intérpretes para



surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

Estratégia 6.3: institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

Estratégia 7.3: constituir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

Estratégia 7.4: induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

Estratégia 7.5: formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

Estratégia 7.17: ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a) em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Estratégia 7.20: prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais



para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

Estratégia 7.21: a União, em regime de colaboração com os entes federados subnacionais, estabelecerá, no prazo de dois anos contados da publicação desta Lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

Estratégia 7.22: informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

Estratégia 7.31: estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos(as) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

Estratégia 7.33: promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras de leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

Estratégia 7.34: instituir, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, programa nacional de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

Estratégia 8.6: promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;





Estratégia 9.1: assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica em idade própria;

Estratégia 9.7: executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área de saúde;

Estratégia 10.2: expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada dos trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

Estratégia 10.6: estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

Estratégia 10.9: institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

Estratégia 10.11: implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público;

Estratégia 11.1: expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais



e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

Estratégia 11.2: fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

Estratégia 11.4: estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

Estratégia 12.4: fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

Estratégia 12.8: ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

Estratégia 13.9: promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais técnico-administrativos da educação superior;

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;

Estratégia 15.1: atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

Estratégia 15.4: consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada



de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

Estratégia 15.5: implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

Estratégia 15.8: valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

Estratégia 15.10: fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

Estratégia 15.11: implantar, no prazo de um ano de vigência desta Lei, política nacional de formação continuada para os(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a **todos os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação**, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino;

Estratégia 16.5: ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e professoras e **demais profissionais da educação**;

Estratégia 17.1: constituir, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PNE, fórum permanente, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos **trabalhadores em educação**, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os(as) profissionais do magistério da educação básica;

Meta 18: assegurar, no prazo de dois anos, a existência de **planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior**





pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VII do art. 206 da Constituição Federal;

Estratégia 18.1: estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90%, no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50%, no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrarem vinculados;

Estratégia 18.4: prever, nos planos de carreira dos(as) profissionais da educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

Estratégia 18.5: realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PNE, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos(as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

Estratégia 18.6: considerar as especificidades das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

Estratégia 18.7: priorizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área da educação, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de carreira para os(as) profissionais da educação;

Estratégia 18.8: estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em todas as instâncias da Federação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira;

Meta 19: assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da



União para tanto;

Estratégia 19.6: estimular a **participação e a consulta de profissionais da educação**, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na **avaliação de docentes e gestores escolares**;

Estratégia 19.7: favorecer processos de **autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira** nos estabelecimentos de ensino;

Estratégia 19.8: desenvolver **programas de formação de diretores e gestores escolares**, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão;

Estratégia 20.7: implementar o **Custo Aluno Qualidade (CAQ)** como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em **qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública**, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

Assim, para contextualizar o Profuncionário em relação à legislação e à normatização que o regulamentam, pode-se dizer o seguinte:

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394, a LDB. Por ela foram definidos os dois níveis da educação escolar – o básico e o superior – e fixada a educação profissional como modalidade, que, “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Art. 39).

Uma das articulações com a educação básica, já tradicional no país, mereceu o texto do § 2º do art. 36: “o ensino médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. Entretanto, o Decreto nº 2.208/1997 separou os cursos profissionais do curso “comum” de ensino médio, exigindo do





estudante duas matrículas, sendo a profissional concomitantemente ou subsequentemente a do ensino médio.

Ora, quem conclui o ensino médio, culturalmente, se dispõe mais a ingressar no ensino superior do que a “voltar” à busca de um diploma no nível já atingido, ainda que profissional. O resultado foi a desvalorização dos cursos técnicos, tanto na rede federal como nas redes estaduais.

Uma história de amadurecimento culminou no PROFUNCIÓNÁRIO.

Em 2004, por meio do Decreto nº 5.154, foram revistas a concepção e a política de educação profissional. Voltou-se a valorizar os cursos profissionais de ensino médio, tanto na forma integrada (de currículo unificado) quanto concomitante e subsequente. Esses dispositivos, em 2008, por meio da Lei nº 11.741, foram assimilados pelos artigos 36-A, B, C e D da LDB – cujos textos são reproduzidos adiante. É à luz da evolução destes dispositivos legais que temos de entender o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação nº 16/1999 e a Resolução nº 4/1999, que o acompanha.

Do Parecer, podem-se extrair três pequenas passagens que resumem o pensamento sobre o currículo da educação profissional, aplicável inicialmente a vinte áreas de trabalho, às quais se somou a 21ª Área, a dos Técnicos em Educação, criada pela Resolução nº 5/2005. Seguem as passagens:

As presentes diretrizes são o conjunto articulado de princípios, critérios, definição de competências profissionais gerais de técnico por área profissional e procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento da educação profissional de nível técnico.

As Diretrizes devem possibilitar a definição de metodologias de elaboração de currículos a partir de competências profissionais gerais do técnico por área; a instituição deve poder construir seu currículo pleno de modo a considerar as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico, com flexibilidade, e atender às demandas do cidadão, do mercado de trabalho e da sociedade.





Para efeito desse Parecer, competência profissional é a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

O que entendemos sobre “competência profissional”?

No complexo mundo do trabalho do século XXI, encontram-se duzentas mil escolas no Brasil, nas quais trabalham mais de um milhão de funcionários “ditos não-docentes”, que são convidados, por uma política de valorização profissional, a transitar de suas tarefas subalternas e desvalorizadas para funções educativas de crescente complexidade.

Do ponto de vista normativo, os cursos do Profuncionário, como ações de formação inicial de técnicos administrativos da educação, se inserem em seis conjuntos de diretrizes curriculares:

- a) São cursos do nível básico, do ensino médio;
- b) São cursos de formação de educador;
- c) São cursos de formação em serviço;
- d) São cursos da modalidade de educação de jovens e adultos;
- e) São cursos profissionais;
- f) São cursos da modalidade de educação a distância.

Por essas razões, além de atender aos dispositivos constitucionais e legais – principalmente da LDB – eles têm que seguir os Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional da Educação (CNE) que dizem respeito às diretrizes curriculares das etapas, modalidades e formatos em que são oferecidos.

Não podemos esquecer que o “norte” orientador do Profuncionário é o do alcance da qualidade da educação pública, pela valorização dos educadores profissionais, pela participação democrática dos segmentos da comunidade escolar, pela construção de novas competências dos técnicos a serem formados e pela inserção do programa nos projetos de desenvolvimento e planos de educação locais, estaduais e nacional.



Finalmente, o “norte” que orienta a organização e o desenvolvimento das quatro habilitações propostas pelo Profuncionário é a qualidade da educação pública, feita pela valorização dos educadores, pela participação democrática de toda a comunidade escolar e pela construção de novas competências dos técnicos que serão formados.

PROFUNCIONÁRIO tem sua base legal na:

- Constituição Federal
 - LDB
- Decreto nº 5.154/2004
- Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação

As **bases legais** do Profuncionário derivam, portanto, dos preceitos constitucionais (art. 205 a 214), dos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, do Decreto nº 5.154/2004, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais emanadas da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em especial:

a) Relativas ao Ensino Médio

- **Parecer CNE/CEB nº 15/1998**, aprovado em 1º de junho de 1998: regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- **Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998**: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de fevereiro de 2005**: atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004;
- **Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006**: altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

b) Relativas ao Ensino Médio na Modalidade Normal

- **Parecer CEB nº 1, aprovado em 29 de janeiro de 1999**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores na Modalidade Normal em Nível Médio;
- **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999**: institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, nível médio e modalidade Normal;





c) Relativas à Educação de Jovens e Adultos

- **Resolução CNE/CEB nº 01, de 2000**, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- **Resolução CNE/CEB nº 3, de 2010**, fixa diretrizes operacionais para a EJA, inclusive na modalidade de Educação a Distância.
- **Parecer CNE/CEB nº 11**, aprovado em 10 de maio de 2000: dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- **Resolução CNE/CEB nº 1**, de 5 de julho de 2000: estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- **Parecer CNE/CEB nº 20**, aprovado em 15 de setembro de 2005: inclui a Educação de Jovens e Adultos, prevista no Decreto nº 5.478/2005, sendo uma alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio.
- **Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

d) Relativas à Educação a Distância

- **Parecer CNE/CEB nº 41, aprovado em 02 de dezembro 2002**: institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação à Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio.

e) Relativas à Educação Profissional de Nível Médio

- **Parecer CEB nº 16, aprovado em 5 de outubro de 1999**: dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- **Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de novembro de 1999**: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- **Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2005**: inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB nº 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional

Serviços de Apoio Escolar é a 21ª Área de Educação Profissional. Entre as outras 20 temas: Agropecuária, Artes, Comércio, Meio Ambiente, Indústria, para as quais se estabelecem cargas horárias mínimas para habilitação, conforme o Anexo da Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 22/12/1999.



Saiba Mais

Consulte o sítio: www.mec.gov.br



de Educação para o Ensino Médio, e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

f) Relativas à Área 21 na Educação Profissional

- **Parecer CNE/CEB nº 16, aprovado em 3 de agosto de 2005:** proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar;
- **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de novembro de 2005:** inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 22/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar.

g) Relativas à Carreira Profissional dos Funcionários da Educação Básica Pública

- **Parecer CNE/CEB nº 9, de maio de 2010,** sobre Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública;
- **Resolução CNE/CEB nº 5, de 3 de agosto de 2010,** que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública.

Além dos dispositivos desses Pareceres e Resoluções, é importante atentar ao que estabelece o Catálogo de Cursos Profissionais Técnicos de Nível Médio da SETEC, onde constam seis cursos no Eixo de Desenvolvimento Educacional e Social, com as respectivas sugestões de temas de formação e de áreas de atuação na educação formal e não formal:

Técnico em Alimentação Escolar – 1.500 horas

Técnico em Infraestrutura Escolar – 1.500 horas

Técnico em Multimeios Didáticos – 1.500 horas

Técnico em Secretaria Escolar – 1.500 horas





Técnico em Biblioteca – 800 horas

Técnico em Orientação Comunitária – 800 horas

Os cursos de Técnico em Biblioteca e em Orientação Comunitária, embora incluídos no Eixo que acolheu os quatro originais da Área 21, não se enquadram nas exigências de formação inicial da Categoria III dos Profissionais da Educação, tanto por não cumprir o mínimo de 1.200 horas, quanto por não exigir as 300 horas de Prática Profissional Supervisionada.

Além desses cursos do Eixo de Desenvolvimento Educacional e Social, a CNTE protocolou em 2012, na SETEC, pedido para a inclusão de mais três: Técnico em Acompanhamento Escolar, Técnico em Transporte de Escolares e Técnico em Desenvolvimento Infantil.

Para uma melhor compreensão do contexto legal do PROFUNCIÓNÁRIO, é importante a leitura e discussão do texto da Lei nº 11.741, de 2008, que reformulou a LDB nos temas do ensino médio, profissional, incluída a modalidade de educação de jovens e adultos (do art. 36 até o 42 da Lei nº 9.394, de 1996).

Identifique os eixos e cursos que se referem à formação de funcionários nos dois catálogos publicados pela SETEC (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos). Feito isso, discuta com colegas se os cursos lá constantes dão conta de todas as funções e atividades pelas quais os funcionários são responsáveis, na escola.

Vamos lá!

Pratique

1.4 Construção da proposta do Profunçãoário

Como se vê, a 21ª Área na Educação Profissional- Serviços de Apoio Escolar, foi criada pela Resolução CNE/CEB nº 5/2005 que, por meio do Parecer CNE/CEB nº 16/2005, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação nessa Área Profissional.

A legislação e a normatização específicas sobre a formação profissional de funcionários da educação, portanto, são muito recentes e estão inseridas no contexto dos princípios que orientam a educação profissional em geral.

PROFUNCIÓNÁRIO: um alicerce já construído.



Pratique

Vamos lá!

Para saber um pouco dessa história, ver MONLEVADE, João Antônio C. *Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis?* Brasília: Idea, 2000, e NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino. *Funcionários da educação: da constituição da identidade à ação como co-gestores de escola.* Brasília: FE-UnB, 2006. (Dissertação de Mestrado)

O documento intitulado “Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação – em cena, os funcionários de escola”, foi publicado pelo MEC no mesmo ano e disseminado pelo Brasil.

O livro “Profissionalização ou Terceirização”, lançado pelo Prof. João Monlevade em 2014, resgata com mais atualidade a história da presença contínua, mas “invisível e subalterna”, dos funcionários na educação brasileira e expõe os componentes de sua afirmação recente no cenário da valorização dos profissionais da educação.

Contudo, simbolizam o reconhecimento social da profissão de técnico em educação e garantem o direito à profissionalização dos funcionários da educação em efetiva atividade e de outros cidadãos que a desejarem. Reconhecimento da profissão e direito à profissionalização que são resultados de um processo de luta e construção política dos trabalhadores/profissionais da educação que dura décadas, senão séculos. Uma **história** que ainda não terminou e que merece ser conhecida e construída com a participação de todos. Porém, infelizmente, não cabe contá-la em detalhes agora.

É importante, entretanto, conhecer os acontecimentos mais recentes para que se fique bem situado em relação ao Profuncionário e ao contexto em que cada um está inserido como participante e protagonista.

Em 2004, o Ministério da Educação – MEC, por meio do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino – Dase, tomou como uma de suas políticas a valorização dos funcionários da educação.

Essa política significa a conquista dos trabalhadores em negociação com os poderes públicos, por meio de suas entidades representativas, acolhida e levada a sério pelo MEC, que passou a concretizá-la a partir do Seminário Nacional sobre Política de Valorização de Trabalhadores em Educação – Em Cena os Funcionários de Escola, que foi o acontecimento que possibilitou a elaboração de um documento orientador das ações dessa política de abrangência nacional.

Imediatamente após o seminário, a Secretaria de Educação Básica, na pessoa de seu titular, o professor Francisco das Chagas Fernandes, decidiu implantar o Profuncionário, por meio de um projeto piloto em alguns Estados brasileiros.

A política de valorização dos funcionários da educação constitui um programa de ações articuladas em três frentes: a) reconhecimento das novas identidades funcionais; b) oferta de escolarização, formação inicial e continuada; c) estruturação de planos de carreira e implementação de piso salarial.

Considerando essas três frentes de ações, nota-se que, em relação à primeira, algumas conquistas já foram alcançadas, aquelas citadas sobre o reconhecimento social da profissão (que culminou na aprovação





da Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009) e a normatização do direito à formação profissional.

Com a conquista do direito à formação profissional, essa instituição pôde tomar a iniciativa de produzir um Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação, com as quatro habilitações previstas, como forma de concretizar uma das ações relativa à frente de oferta de escolarização, formação inicial e continuada dos funcionários da educação.

Bem entendido, o curso oferecido pelo MEC tem o objetivo de induzir e criar condições para a acolhida da formação profissional dos funcionários pelos sistemas de ensino do país, em especial dos estados e do Distrito Federal, responsáveis pela oferta do ensino médio profissional.

Nesse sentido, o Profucionário é uma das expressões da disposição política do Governo Federal em adotar medidas e ações concretas de intervenção voltadas para a reconstrução da identidade profissional, da cultura e das imagens desses trabalhadores em todo o país.

O MEC estabeleceu interlocução com a União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime), com o Conselho Nacional dos Secretários de Educação – Consed, com Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), visando a construir as condições para a realização do Profucionário em nível nacional.

Essa interlocução se deu por meio de seminários nacionais que resultaram em um projeto piloto nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí e Tocantins, iniciado no final do ano de 2005.

Foram realizados cinco seminários, os três primeiros em 2004, para definição da política; em 2005, para apresentação do Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário) e formalização do Projeto Piloto para cinco estados da Federação (cerca de cinco mil funcionários); em 2006, para apresentação e formalização do Projeto de Expansão para mais 12 estados (cerca de 18 mil funcionários). Em 2008, o MEC realizou, nos dias 25 e 26 de março, o IV Seminário Nacional do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público

PROFUNCIONÁRIO:
iniciativa política do Governo Federal para viabilizar o direito dos funcionários de escola à sua formação profissional.

Para o ideal se tornar real
é preciso diálogo ...



(Profuncionário), com o objetivo de promover a troca de experiências entre os principais atores envolvidos na implementação e apresentar o novo arranjo institucional para o seu desenvolvimento. Esse novo arranjo incluiu, a partir do segundo semestre de 2008, a participação dos então denominados Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's), hoje IF's, o que possibilitou a ampliação da oferta de vagas.

O projeto piloto, por sua vez, foi construído conjuntamente pelo MEC e a Universidade de Brasília (UnB), por meio do Centro de Educação a Distância (CEAD) e professores da Faculdade de Educação/FE, que constituíram, no desenvolvimento da proposta, a equipe de Coordenação Pedagógica. Essa equipe foi responsável pela produção inicial de materiais didático-pedagógicos do Profuncionário, nas quatro habilitações, além de realizar a capacitação didático-pedagógica com as equipes de Coordenação Estaduais.

Essa mesma equipe, formada pelos educadores Bernardo Kipnis, Dante Bessa, Francisco das Chagas do Nascimento, João Antonio Monlevade, Maria Abádia da Silva e Tânia Piccinini, foi responsável pela redação dos textos que se enfeixaram no Caderno Orientações Gerais, cuja primeira edição foi publicada em 2006, e que agora se republica com as devidas atualizações.

Melhoria: fruto da coragem de desconstruir e reconstruir visões.

A Coordenação Pedagógica, durante meses, juntamente com o Departamento de Articulação dos Sistemas de Ensino da Secretaria de Educação Básica do MEC, com profissionais especialistas nas mais diversas áreas envolvidas no curso (enfermeira, nutricionista, engenheiro, arquiteto, fisioterapeuta, artista, entre outros) e funcionários da educação, articulou e desenvolveu discussões, análises e reflexões sobre princípios filosóficos e pedagógicos desta formação profissional, sobre os conteúdos e competências que seriam construídos e adquiridos pelos funcionários. Esse trabalho resultou no conjunto de dezessete módulos para cada um dos espaços profissionais (secretaria, multimeios, alimentação e infraestrutura), sendo seis da formação pedagógica e dez da formação específica, incluindo sugestões para atividades de prática profissional supervisionada, a que se convencionou chamar de "Pratiques".

Por meio de reuniões de trabalho entre a Coordenação Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação e as Coordenações Estaduais, formadas por Secretaria Estadual de Educação, Conselho Estadual de Educação (CEE), Seção Estadual da Undime e Sindicatos,



fomentou-se iniciativas para que os estados assumissem essa política concreta de valorização dos trabalhadores da educação, o que de fato está acontecendo.

Depois disso, organizaram-se e realizaram-se as capacitações das equipes estaduais com a finalidade de desconstruir e reconstruir visões, imagens e concepções sobre a identidade profissional dos funcionários da educação e as novas demandas exigidas para os técnicos em educação.

Com a transferência da responsabilidade de gestão do Profucionário, da Secretaria de Educação Básica (SEB) para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), foram realizados Encontros Nacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) – ali representados pelas Coordenações da Rede ETEC, de ensino médio a distância. Os IF passaram a oferecer, nos estados e no Distrito Federal, com financiamento centralizado na SETEC, os cursos técnicos de formação inicial e continuada dos funcionários da educação básica. E o Profucionário passou a integrar a Rede de Educação Técnica a Distância (Rede ETEC), à qual podem filiar-se também as Secretarias Estaduais de Educação na oferta padronizada dos cursos do Profucionário: entre 2011 e 2013 as Secretarias de Educação do Distrito Federal, do Paraná, do Tocantins, do Mato Grosso do Sul e de Roraima atenderam a parte da demanda de formação do Profucionário.

A política geral de formação, no âmbito da União, continuou subordinada às deliberações do Conselho Político Nacional do Profucionário, onde têm assento o MEC, o CONSED, a UNDIME e a CNTE, conforme o Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010 - que se encontra em fase de reformulação, para contemplar a mudança do comando da gestão do Programa da SEB para a SETEC.

Não é difícil notar, portanto, que a luta pelo reconhecimento profissional dos trabalhadores, incluindo as experiências formativas, os princípios de política educacional contidos na LDB, a conquista do direito à profissionalização e as orientações legais sobre a formação profissional, de abrangência nacional, além da experiência do projeto piloto, são as coordenadas que situam no contexto histórico a proposta político-pedagógica do Profucionário, apresentadas neste documento.



Por meio da figura que segue, procura-se apresentar esquematicamente o processo de construção da política e da proposta de curso acima descrito.

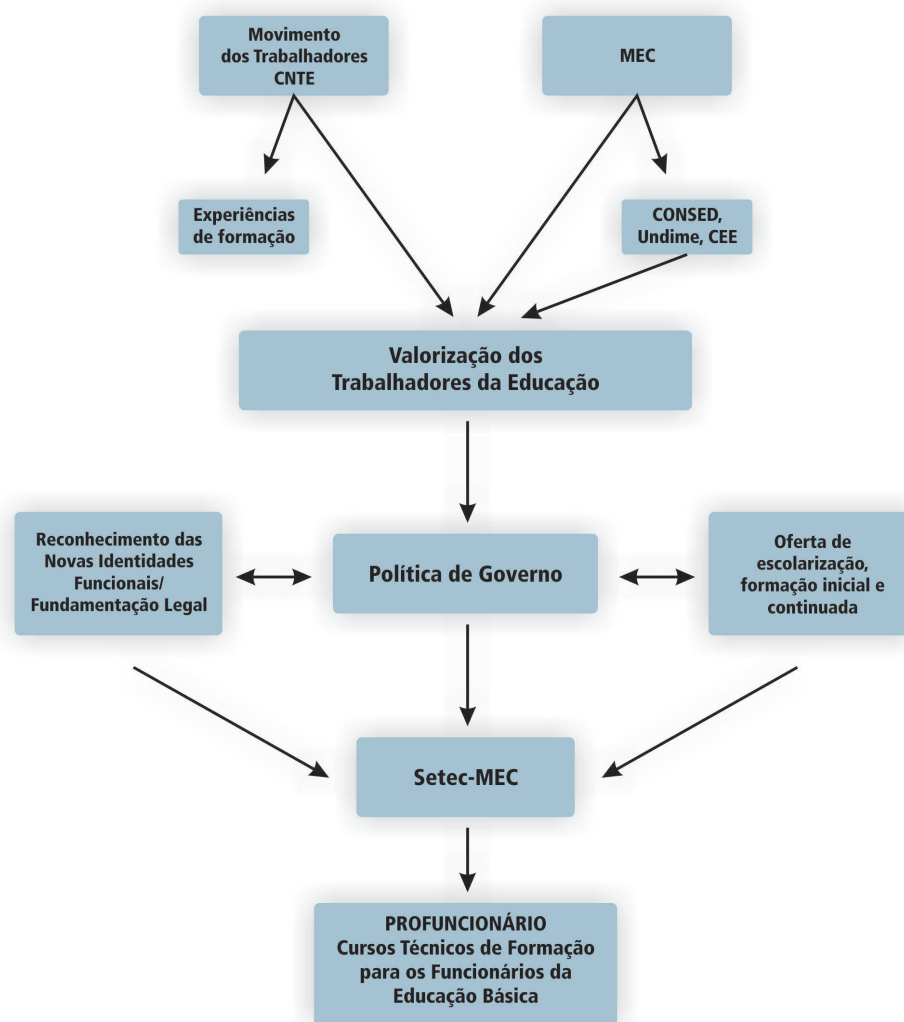


Figura 1 - Esquema do contexto de construção da proposta do Profucionário

Pratique



Entreviste três profissionais da educação (um professor, um pedagogo e um funcionário) e lhes faça a mesma pergunta: “Quando você ouve ou lê a expressão “profissionais da educação”, em que tipo de trabalhadores você pensa?” Relate em seu memorial as três respostas (deles ou delas) e faça seus comentários.



Unidade 2

Orientações sobre oferta a distância



Dado o primeiro passo, o de se situar no contexto de construção da proposta do Profucionário, podemos agora apresentar as condições da oferta a distância, sobretudo aquelas relativas aos aspectos pedagógicos, de acesso, organizacionais e estruturais. O próximo Caderno - denominado Fundamentos e Práticas na EaD - se destinará ao aprofundamento histórico, teórico e prático do tema.

O que se pretende primeiramente é esclarecer em que consiste a Educação a Distância - EAD e que diferenças fundamentais ela apresenta em relação à educação presencial, tanto do ponto de vista pedagógico quanto da acessibilidade. Depois, apresentaremos a estrutura da oferta, mostrando como os atores se relacionam e que atribuições cabem a cada um. Mais adiante, indicaremos qual instituição e, em quais condições, emitirá o certificado de conclusão do curso. Na quarta parte, apresentaremos o perfil desejável para o tutor, responsável pela permanência do estudante no curso e, por fim, orientaremos o estudante sobre como estudar a distância.

Aprender a distância:
uma experiência nova,
desafiadora e motivadora.

2.1 Aprender a distância

A proposta do Profucionário é inovadora do ponto de vista da modalidade de ensino-aprendizagem. Uma experiência que, sendo a primeira para muitos, deve ser tomada como desafiadora e motivadora.

É preciso dizer isso porque devemos entender que o processo de ensino-aprendizagem, com o qual se está acostumado e que se conhece desde criança, necessita ser repensado.

A educação a distância - EAD torna mais acessível a educação formal e ajuda a repensar a tradição pedagógica, configurando-se como inovação na oferta do Profucionário.

Basta estarmos abertos a essa nova experiência que, sem dúvida, veremos o grande salto que pode ser dado em termos de formação.

Mas do que é que estamos falando realmente?

Todo funcionário acompanha o processo de aprendizagem na escola



onde trabalha. Embora não tão diretamente ligado a ele, como o professor, mas o acompanha de perto dentro daquela função determinada que desempenha e que lhe possibilita um certo olhar sobre a educação.

Sem dúvida, o funcionário percebe que as crianças ou os jovens se dirigem ao mesmo local, em determinados horários, para estudar. Durante cinco dias na semana os estudantes entram na sala de aula, local onde os professores conduzem o seu aprendizado. Ali, na sala de aula, é que acontece o processo de ensino-aprendizagem.

Nota-se que, nessa situação rotineira, existem duas restrições que condicionam o processo de aprendizagem: um espaço fixo e um tempo fixo.

Imagine agora, se fosse possível flexibilizar esses dois fatores: que consequências isso poderia ter para o aprendizado? Imaginemos se fosse possível estudar na hora em que podemos ou em que queremos ou no momento em que estivéssemos dispostos? Ou em outros espaços mais agradáveis ou mais produtivos que o da sala de aula?

Outro aspecto importante a ser levado em consideração, para entender a oferta a distância, é o de que os estudantes do Profuncionário não são mais crianças, embora sempre possam manter esse espírito. No entanto, o fato é que, nesse momento, se está aprendendo na condição de adulto.

O que isso significa?

Estudos mostram que o adulto apresenta determinadas características que devem ser levadas em consideração para obter um aprendizado mais efetivo.

Diferentemente da criança e do jovem, cujas personalidades estão ainda em formação, com grandes inquietações e a perspectiva de futuro ainda muito aberta, o adulto já apresenta a possibilidade de ser uma pessoa mais autônoma, com capacidade de realizar uma escolha responsável e prever as consequências de sua decisão. É capaz de assumir e cumprir compromissos. Esses elementos criam uma perspectiva que, sem dúvida, deve influenciar no modo como o adulto aprende.

Nessas condições, o aprendizado pode ser conduzido por aquele que

Não nos esqueçamos: nós, como adultos, temos características distintas no processo de aprendizado.



assim o deseja e compromete-se, o próprio estudante, bastando, além do desejo e do compromisso, ter à sua disposição as condições necessárias para tal.

Estamos falando da autonomia de aprendizado que caracteriza a modalidade de educação de jovens e adultos.

Ao lado dessas características, existem outros fatores que podem condicionar todo esse processo e que o diferenciariam da criança e do adolescente. Por exemplo, seguramente o adulto é um trabalhador, para quem estudar é secundário em relação ao trabalho e ao emprego. A necessidade de priorizar a sua condição de existência (o emprego e o trabalho) torna a possibilidade de estudar mais difícil e escassa. Nesse sentido, é natural que apresente certo cansaço devido às horas trabalhadas.

Supõe-se que os estudantes do próprio Profucionário vivam essa dificuldade e tenham isso em mente agora que estão se preparando para essa nova empreitada de estudo para formação profissional.

Ao mesmo tempo, em função da idade, o adulto já traz uma carga de experiência de vida que, sem dúvida, influencia em sua motivação e em sua capacidade para estudar e aprender, que tem a ver, também, com o peso de suas experiências escolares anteriores. Se elas foram positivas ou negativas, e se sua capacidade para enfrentar desafios pôde ser exercida, sem dúvida são elementos importantes a considerar no enfrentamento desse desafio que é aprender a distância.

O adulto também é mais suscetível e sensível a observações críticas, pois já possui personalidade e padrões de conduta estabelecidos. Qualquer situação diferente pode ter implicações sobre seus limites e possibilidades no aprendizado.

O aprendizado precisa ter sentido prático com sua realidade.

Outra característica ainda é a de que o adulto busca consequências práticas associadas à sua realidade para dar sentido ao seu aprendizado. No Profucionário, quem o cursa deve estar interessado em aprender mais para poder pensar e fazer de outra forma aquilo que já vem fazendo ao longo de sua experiência profissional. Além, é claro, de aprender novas técnicas que melhorem as suas condições de existência e conquistar uma melhor remuneração na sua carreira.





Então, com isso que foi considerado até agora, pode-se entender melhor a escolha de realizar o Profucionário na modalidade a distância, pois o estudante do Profucionário é um adulto que já tem experiência de vida e profissional, identificado com uma função dentro da escola e da educação, que quer ampliar seu campo de conhecimentos e identificar-se em alguma função, bem como quer ver garantida a sua oportunidade de acesso à profissionalização. Nessa direção, a modalidade a distância é a mais adequada, pois permite a flexibilização daqueles dois elementos já citados no início, ou seja, poder aprender em diferentes espaços e em diferentes tempos.

A ideia é a de que o estudante trabalhador não precise se deslocar constantemente a um espaço específico para ter contato com o professor e aprender.

Dentro do Profucionário, condições estão sendo criadas para que um adulto autônomo possa aprender da melhor forma possível. Para isso, foram produzidos materiais didáticos adequados, haverá acompanhamento a partir do trabalho de tutores e de um calendário de encontros presenciais, estabelecido dentro do processo de gestão democrática do curso.

No início do curso, no primeiro encontro presencial com colegas e tutor, haverá um tempo para compreender a proposta e de se preparar para aprender na modalidade a distância.

Reúna dois ou três colegas funcionários de sua escola e lhes faça duas perguntas. Primeira: você prefere fazer um curso presencial ou a distância? Segunda: Por quê? Resuma as respostas em seu Memorial.

Vamos lá!

Pratique

2.2 Atores envolvidos: compromissos e atribuições

O Profucionário nasceu na Secretaria de Educação Básica do MEC em 2005. A partir de 24 de outubro de 2011, seu gerenciamento passou para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

Atualmente, é atribuição da Diretoria de Projetos de Fortalecimento e Acompanhamento aos Sistemas Públicos de Educação Profissional e

Tempo e espaço são flexibilizados com a modalidade a distância.



Tecnológica, dentro da Rede e-Tec Brasil, que se caracteriza por desenvolver a modalidade de Educação a Distância - EaD.

A Universidade de Brasília (UnB) foi, inicialmente, responsável pela produção do curso e de seus materiais didáticos, bem como da capacitação dos tutores nos estados. Atualmente, essas tarefas são de responsabilidade da Setec, que, por meio da Coordenação Geral da e-Tec, reúne os elaboradores de módulos para a revisão e aperfeiçoamento de seus trabalhos, promove cursos de formação de tutores e se articula com as secretarias estaduais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) – estes últimos responsáveis diretos, no sistema de ensino da União, pela oferta dos cursos, tanto quanto as instituições estaduais de ensino médio.

Decreto presidencial prevê, em cada estado e no Distrito Federal, uma Coordenação do Profuncionário, para promover o encontro da demanda com a oferta e acelerar a formação em serviço dos milhares de trabalhadores da educação que precisam dos cursos técnicos para se tornar profissionais da educação e, assim, ingressarem ou progredirem nas respectivas carreiras das redes federal, estaduais e municipais.

Essas Coordenações Estaduais são constituídas à semelhança do Conselho Político Nacional, onde estão presentes o MEC, o Consed, a Undime, a CNTE e o CONIF. Em cada Estado e no DF devem participar representações da Secretaria de Educação, da Undime Estadual, do(s) Instituto(s) Federal(is), do Sindicato que represente os funcionários da educação (quase sempre filiado à CNTE), do Conselho Estadual de Educação. Aconselha-se também a participação da seção estadual da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e de alguma outra entidade parceira na oferta dos cursos.

Como regra geral, os IF e as Secretarias Estaduais de Educação oferecem os quatro cursos do Profuncionário em cada Estado e no DF por meio de **tutores**, de seus quadros docentes ou recrutados por editais à semelhança dos que atuam nos cursos da Rede eTEC, com ajuda de custo por meio de bolsas do FNDE. Esses tutores costumam ser classificados em **presenciais** e **tutores a distância**, segundo a natureza de seu trabalho nos cursos. Os primeiros acompanham as turmas nos encontros presenciais e na supervisão da Prática Profissional Supervisionada; os segundos, especializados por disciplinas, se comunicam



com os estudantes por meio de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) ou por plantões de atendimento individual ou grupos, com foco nas dificuldades de aprendizagem e recursos de avaliação. O trabalho dos tutores em cada IF ou Instituição Estadual está sob a gestão de uma **Coordenação Executiva**.

A Coordenação Executiva, em cada Instituição, gerencia os cursos sob sua responsabilidade, desde seu planejamento até a certificação dos estudantes. Para isso, deve fazer as mediações necessárias: receber as orientações do MEC e da Coordenação Estadual, designar os tutores e coordenar seu trabalho na sede do IF e no Campus – ou na Instituição Estadual e em seus Polos – elaborar relatórios periódicos de suas atividades, promover a avaliação institucional dos Cursos. Ela é responsável pela organização administrativa e pedagógica dos cursos. Regras básicas se encontram no Manual de Gestão do Profuncionário, que incluem orientações para a formação dos Tutores, seja nas próprias instituições, seja por meio de cursos a distância oferecidos periodicamente pela SETEC.

Para alguém exercer a Coordenação Executiva, é necessário preparo profissional como educador que domina a legislação pertinente, bem como ter conhecimento e identidade com as concepções, princípios e conteúdos dos Cadernos do Profuncionário e de seu Manual de Gestão. Além disso, precisa conhecer as ferramentas, os recursos e a metodologia da EAD, bem como os instrumentos de avaliação específicos dos cursos do Profuncionário como **formação em serviço** e os aspectos legais que condicionam a expedição de históricos escolares e do certificado ou **diploma** do respectivo curso técnico. A esse respeito, fique claro que só fará jus ao diploma o(a) funcionário(a) que apresentar certificado de conclusão do ensino médio, adquirido em curso regular ou em exame oficial, como o ENEM ou o ENCEJA. Para a matrícula inicial em qualquer curso do Profuncionário, será necessário, pelo menos certificado de conclusão do ensino fundamental. Sem o ensino médio concluído, o estudante do Profuncionário, ao terminar seu curso, receberá não o diploma de técnico, mas o certificado de sua conclusão, acompanhado do histórico escolar comprovando avaliação positiva nas disciplinas que integram 1.200 horas, mais as 300 horas da Prática Profissional Supervisionada.



Atenção



O que é considerado ao elaborar uma disciplina?

Elaboradores de Cadernos das disciplinas. Cada um dos Cadernos Introdutórios do Programa, das seis disciplinas pedagógicas, das três disciplinas técnicas comuns e das sete específicas foi elaborado por um professor ou professora que reunia três qualidades: identidade com a concepção e objetivos do Profucionário; domínio do conteúdo de sua área de conhecimento, pedagógico ou técnico; capacidade de executar a transposição didática do ensino presencial para a educação a distância. No fundo, esses elaboradores são os verdadeiros professores, com os quais os estudantes do Profucionário se relacionam a cada disciplina, com a mediação dos tutores. Ao ler cada texto, eles vão concordar ou discordar, gostar ou desgostar, assimilar, rejeitar ou reformular o conhecimento que está sendo transmitido por alguém que se aventurou a escrever um texto novo, com um objetivo ainda mais novo, que é o de valorizar um ator invisível, embora presente, na cena da educação brasileira: os funcionários da educação básica pública. E não só valorizá-los, como desenvolver novas competências, transformando-os em educadores profissionais, capazes, inclusive, de ascenderem em suas carreiras por meio de futuros cursos de nível superior já previstos na legislação brasileira e inscritos no Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia. Esses elaboradores são convidados, periodicamente, a revisar seus textos, inclusive com sugestões dos tutores e dos estudantes.

Sem diálogo e enturmação no processo educativo, não se constrói cidadania.

Tutores e Estudantes. As disciplinas do Profucionário equivalem a 60 horas de estudo, com exceção dos “Fundamentos e Práticas de EaD” e “Orientações da PPS”, com 30 horas cada uma. Como estabelecido pelo Parecer CNE/CEB nº 16, de 2005, do qual derivou a Resolução nº 5, do mesmo ano, que criou a 21ª Área de Educação Profissional, no mínimo 20%, ou seja, 12 horas de cada disciplina, devem ser realizadas de forma presencial, em encontros organizados pelo(a) tutor(a) com uma turma de estudantes-funcionários, cujo número se sugere seja entre 20 e 30, de acordo com as normas de cada estado (ou sua instituição) ou de cada IF. Esses encontros presenciais, além de proporcionar ao tutor o conhecimento de seus “alunos”, são básicos para permitir o avanço no conhecimento pelo diálogo (reciprocidade de experiências) a que cientificamente se refere Paulo Freire e pela “enturmação”, que fortalece a cidadania educativa, possibilitando o exercício da gestão democrática na base do processo de ensino-apren-



dizagem. As próprias datas e horários dos encontros presenciais (que até hoje têm acontecido preferencialmente aos sábados) já podem ser matéria de deliberação coletiva, atendendo não somente aos “interesses do processo de aprendizagem”, como diz o art.23 da LDB, como também à realidade dos próprios estudantes e dos tutores.

Assim, o curso terá, no máximo, 80% de sua carga horária oferecida na modalidade a distância. Recomenda-se que cada disciplina seja desenvolvida em um mês, com apoio da tutoria e planejamento dos “práticos” – ou seja, das atividades da Prática Profissional Supervisionada que têm relação direta com o módulo.

Entretanto, no planejamento do curso, pode-se prever que algumas disciplinas sejam desenvolvidas em concomitância com outras, em particular, as disciplinas de Informática Básica, de Produção Textual na Educação Escolar e de Direito Administrativo e do Trabalho, cujos saberes são imprescindíveis às atividades do curso e à formação profissional.

O acompanhamento do estudante pelo tutor será feito tanto nos encontros presenciais, quanto a distância, por meio das tecnologias disponíveis.

O estudante receberá as disciplinas em cadernos impressos que serão a base para o estudo individualizado. As disciplinas também serão disponibilizadas na internet, no sítio www.mec.gov.br.

No ambiente virtual de aprendizagem, será possível acessar os conteúdos e informações relativas ao curso. Para os estudantes, tendo acesso à internet, seja em casa, seja nos espaços públicos, será possível aproveitar o potencial pedagógico do computador, por meio da troca de mensagens, da oferta de materiais complementares de estudo, da participação em bate-papo e em fóruns de discussão, além da troca de questionamentos e orientações com o tutor. Assim, o ambiente virtual será mais uma opção pedagógica para o relacionamento do estudante com o seu tutor e outros atores envolvidos no curso.

Os tutores estimulam a aprendizagem dos estudantes por meio de materiais didático-pedagógicos, dos conteúdos, de encontros presenciais, e, principalmente, por meio do planejamento e do acompanhamento às atividades da Prática Profissional Supervisionada. Mantêm





informada a Coordenação Estadual sobre o andamento do curso, encaminhando a ela (no IF ou na Secretaria Estadual) a avaliação da aprendizagem dos estudantes.

Com a passagem da gestão do Programa da SEB para a SETEC e sua integração à Rede eTEC, consolidou-se a prática de inserir no processo, além do tutor presencial – responsável pela condução pedagógica da turma em todo o curso – **tutores a distância**. A esses tutores se atribui a responsabilidade de monitorar as disciplinas para as quais o tutor presencial não tiver formação específica ou reconhecida habilidade. Esse monitoramento habitualmente se faz por comunicação via AVA ou por plantões de atendimento na instituição ou nos polos de aprendizagem, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico de cada Curso. Os tutores a distância poderão também contribuir na supervisão da PPS e nas atividades de sua avaliação, bem como das disciplinas a eles confiadas, cuidando de evitar provas conteudistas ou ditas “objetivas”, concentrando-se na leitura de memoriais escritos ou mesmo diálogos orais.

Atenção



Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, além de oferecer diretamente os Cursos do Profuncionário, desenvolverão ações voltadas para:

- Formar tutores que atuarão na formação técnica, em nível médio, dos funcionários da educação pública; esta formação poderá também ser feita em curso centralizado pela SETEC, na modalidade EaD, com duração de 4 meses, desenvolvido em 150 horas de atividades, 15 das quais em reuniões presenciais. Em médio prazo, formar professores para os cursos presenciais de nível médio e superior com o mesmo objetivo. A formação de tutores justifica-se pelo fato de que eles desempenham um papel central no Profuncionário. Realizam, além da tutoria das disciplinas, o acompanhamento, e orientação da Prática Profissional Supervisionada (PPS), bem como o apoio aos estudantes em suas práticas coletivas e individuais ao longo do curso. Esse apoio poderá ser realizado por meio de encontros presenciais, na sede e nos campi dos IF, e a distância, via correio eletrônico, telefone ou plataforma virtual.
- Acompanhar e atestar a frequência dos tutores nos encontros presenciais e nas visitas de supervisão dos estudantes em suas escolas, nas atividades da PPS.



- Disponibilizar e eventualmente contratar professores formadores de tutores. A presença desses profissionais permite, além da formação, o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nos estados, nos seus aspectos pedagógico e administrativo. As observações, as intervenções e os relatórios por eles produzidos contribuem para um acompanhamento sistemático das ações implementadas. Registre-se que em alguns estados as dimensões geográficas e demográficas exigirão a multiplicação de tutores para atender à demanda de milhares de estudantes.
- Assessorar os sistemas de ensino nas atividades de divulgação, de implantação e de regularização do Curso Técnico de Formação para os funcionários da educação junto aos órgãos competentes.

As **Secretarias Estaduais de Educação** e a do Distrito Federal, dentre outras atribuições definidas pela Coordenação Estadual do Profucionário, têm as seguintes:

- Oferecer os Cursos do Profucionário, de acordo com as demandas da própria rede e das redes municipais de ensino.
- Coordenar ou acompanhar as ações do Profucionário, conforme orientação da Setec/MEC e da Coordenação Estadual do Programa.
- Certificar a admissibilidade dos servidores estaduais e dos respectivos municípios para a inscrição nos cursos, entendendo que, por força do parágrafo único do art. 62-A da LDB, tornou-se um direito de todos os funcionários da educação - independentemente de seu regime de trabalho (efetivos, temporários ou terceirizados) o acesso à formação inicial e continuada em nível médio e superior.
- Definir, em conjunto com a Setec e IF, a localização dos Polos de Tutoria, considerando a distribuição geográfica, o número de funcionários/estudantes e as condições técnicas necessárias à qualidade do curso.
- Estabelecer parceria com os municípios demandantes e participantes do curso, incluindo financiamento municipal para as despesas de locomoção e alimentação de estudantes de suas redes e nomeação de tutores, quando necessários.

Veja!
Secretarias Estaduais
de Educação também
têm atribuições no
Profucionário.



- Disponibilizar recursos humanos, técnicos e materiais – complementares aos do IF e indispensáveis ao bom funcionamento do curso nos diversos Polos.
- Disponibilizar tutores, quando insuficientes os do quadro do IF, devidamente formados e capacitados, com carga horária mínima semanal de 20 horas dedicadas ao Profucionário.
- Manter, se necessário, técnico de informática disponível e transporte para que este possa dar suporte técnico de hardware e software aos Polos de Tutoria.
- Disponibilizar provedor de internet e endereço eletrônico para os Polos de Tutoria não localizados em municípios com campus do IF, bem como: vídeo, televisão, impressora e computadores com capacidade técnica suficiente, além de todos os aplicativos e cursos desenvolvidos pela Setec.
- Responsabilizar-se pelos materiais didáticos do curso, disponibilizados pela Setec para distribuição aos estudantes inscritos nos Polos fora dos campi do IF.
- Submeter a regulamentação do curso ao Conselho Estadual de Educação, quando houver algum não ligado ao IF do respectivo estado, bem como responsabilizar-se pela emissão de certificados e diplomas para esses estudantes.
- Articular as ações desenvolvidas pelos componentes nacional e estadual, de modo a assegurar unidade mínima do curso em todas as instituições que o ofereçam.
- Tomar medidas corretivas imediatas para a execução do curso em âmbito municipal e estadual, a partir dos resultados de monitoramento e de avaliação recomendados pela Coordenação Geral da Setec.
- Criar mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma de implementação proposto.

- Disponibilizar meios de transporte, alimentação e hospedagem – quando necessários – para os funcionários/estudantes e tutores de sua rede de ensino, para as visitas e fases presenciais.

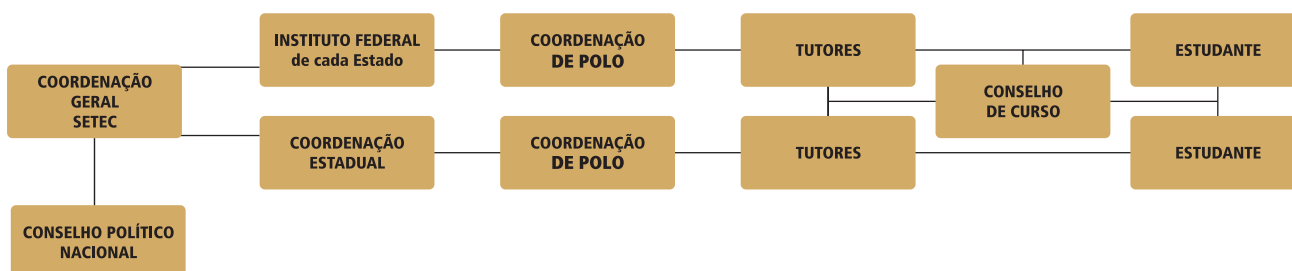


Figura 2 – Organograma para o funcionamento do curso a distância

2.3 Certificação: instituição certificadora, diploma e histórico escolar

As instituições certificadoras são os IF ou a escola estadual de ensino médio credenciada pelo respectivo Conselho Estadual de Educação para oferecer cursos profissionais de nível médio a distância. Elas expedirão e registrarão em arquivo próprio, sob sua responsabilidade, os históricos, certificados e diplomas de técnico, com validade nacional, observado o requisito de conclusão do ensino médio no caso de diploma definitivo.

Os históricos e diplomas deverão explicitar a respectiva formação profissional: Técnico em Secretaria Escolar ou Técnico em Alimentação Escolar ou Técnico em Infraestrutura Escolar ou Técnico em Multimeios Didáticos, mencionando a Área 21 da Educação Profissional, à qual as mesmas se vinculam.

Para fins de expedição dos históricos escolares, certificados e diplomas, cabe ao IF ou à Instituição Estadual (ou do DF), observarem o cumprimento das atividades das disciplinas, das pedagógicas, da técnicas e das da Parte Diversificada, conforme detalhado na Unidade 3 destas Orientações Gerais, totalizando 1.200 horas, no mínimo, nas disciplinas, mais 300 horas da Prática Profissional Supervisionada (PPS). Os Práticos incluídos em cada Caderno são sugestões de atividades, a ser adotadas ou não pelas turmas ou pelos estudantes, a critério do planejamento dos tutores presenciais – tanto para efetivar a integração teoria e prática de cada disciplina quanto para compor a carga horária da PPS. Em relação à carga horária e aos conteúdos, nada

- Os documentos que materializam a avaliação:
- Memorial
 - Registro das 300 horas, em formulário específico
 - Relatório Final



obsta a que cada IF e cada estado enriqueça a proposta dos cursos do Profucionário com outras disciplinas adequadas à sua realidade, ampliando a Parte Diversificada, desde que preservando as 1.380 horas cobertas pelos Cadernos da Setec.

Constituem processos de avaliação, para efeito de aprovação, todas as atividades desenvolvidas pelos estudantes ao longo do Curso, vivenciadas pelo estudante e acompanhadas e registradas pelos tutores. Mais adiante e no Caderno sobre Orientações sobre a PPS serão feitos os esclarecimentos mais detalhados sobre os instrumentos de avaliação e sobre os documentos de seu registro.

Para fazer jus à certificação final e ao diploma de técnico, o estudante deverá ter integralizado, com aprovação e registro em seu histórico, todos os estudos das disciplinas introdutórias, todos os estudos das dezenove disciplinas pedagógicas e técnicas, das disciplinas da Parte Diversificada e das 300 horas da PPS – totalizando 1.500 horas. O Memorial e o Relatório Final da PPS, com o parecer do tutor, também devem ser encaminhados à Coordenação e Secretaria do IF ou da instituição estadual, que deverão arquivá-los para efeito de comprovação do certificado de conclusão do Curso.

2.4 Perfil e atribuições dos tutores

Os tutores são presença obrigatória nos cursos do Profucionário, como educadores típicos da modalidade EAD. Dependendo do PPP de cada IF ou instituição estadual, poderá haver somente tutores presenciais ou tutores presenciais e a distância. No caso da opção exclusiva por **tutores presenciais**, sugere-se que um primeiro se encarregue das disciplinas pedagógicas e técnicas comuns e outro das técnicas específicas. O acompanhamento das disciplinas da Parte Diversificada será atribuição de um ou de outro, dependendo de sua natureza curricular. Aconselha-se que, nessa opção de exclusividade, o primeiro tenha formação de Pedagogia ou de Informática e o segundo seja graduado ou licenciado em área afim à da especificidade técnica de cada Curso.

Tutor, fique atento!
O Profucionário conta
com você!

A opção mais comum é a da convivência entre um tutor presencial e vários **tutores a distância**. O primeiro acompanhará a turma nos encontros presenciais e na orientação do AVA em todo o curso (ou pelo menos na forma do parágrafo anterior), encarregando-se também da



Supervisão da PPS. Os tutores a distância se encarregarão da condução de cada disciplina, em especial no processo de acompanhamento das atividades do AVA (decorrentes dos Cadernos e de novas atividades e textos por eles propostos), resolvendo dúvidas e compondo com o tutor presencial uma dupla de avaliadores, baseados principalmente na leitura dos **memoriais** dos estudantes.

A seguir, registramos as atribuições dos tutores, cabendo a cada IF ou instituição estadual distribuí-las entre os presenciais e os a distância:

1. Os tutores têm como principais atribuições o acompanhamento do processo de aprendizagem e de construção de competências e conhecimentos pelos estudantes, bem como a supervisão da prática profissional. Para tanto, devem conduzir, juntamente com o estudante o processo de avaliação, fazendo o registro e encaminhando os documentos às instâncias responsáveis.
2. Para o acompanhamento da aprendizagem, sugerem-se encontros presenciais com um grupo de até 30 estudantes e comunicação virtual contínua, em ambiente ou plataforma adequada aos cursos do Profuncionário. A frequência dos encontros presenciais pode ser definida conforme as condições de cada estado, desde que não descaracterize a modalidade de oferta a distância. **Os tutores deverão ler os textos dos Cadernos antes dos estudantes** para sentirem possíveis dificuldades de compreensão, de forma que, ao distribuir as versões impressas nos encontros presenciais, procedam às explicações preliminares. Nos mesmos encontros e pelos contatos individuais, orientarão as atividades de pesquisa, reflexão e produção de textos. Em caso de os tutores sentirem dificuldades em relação às disciplinas, devem recorrer aos tutores a distância e aos professores orientadores ou se comunicar com a Coordenação da Secretaria Estadual.
3. Para a Prática Profissional Supervisionada, os tutores devem seguir os seguintes passos: a) planejar com o estudante as atividades, os locais, a carga horária e o cronograma; b) visitar o estudante em seu local de trabalho e em outros locais possíveis para a prática; c) apreciar e dialogar com o estudante sobre a produção escrita e sobre o sentido da prática realizada; d) verificar instituições afins para atividades da PPS, quando for o caso.



4. Para a avaliação da aprendizagem dos estudantes, os tutores devem orientá-los na construção processual e reflexiva do Memorial, o qual incluirá a descrição do processo de aprendizagem das atividades previstas nos módulos, das análises das questões propostas em cada disciplina ou das perguntas adicionais formuladas pelo tutor. Sobretudo, o Memorial deve ser um documento de reflexão do cursista sobre o seu movimento no curso. Dependendo das circunstâncias, para garantir a autenticidade do Memorial, pode ser exigida a redação de parte dele nos próprios encontros presenciais, preservando também os dispositivos legais que exigem “exames presenciais” como instrumentos de avaliação.
5. Os tutores devem fazer todos os registros do processo de avaliação de cada estudante, passo a passo: a) Memorial; b) Registro das 300 horas em formulário adequado de acompanhamento da carga horária da Prática Profissional Supervisionada; c) Relatório Final.

Atenção



6. Perfil esperado dos tutores para o Profucionário:

- ter formação em nível superior, licenciatura ou bacharelado, preferencialmente em Pedagogia ou em graduação afim com as habilitações oferecidas (nutrição, administração, comunicação, informática, engenharia e outras);
- preferencialmente ser professor ou técnico administrativo do IF ou funcionário da rede pública estadual ou municipal ou mesmo de universidades públicas que se prestem à parceria;
- ter conhecimento do Profucionário e compromisso com a proposta de valorização de todos os educadores no âmbito das escolas e dos sistemas de educação;
- comprovar formação específica para tutor do Profucionário obtida em curso da Setec ou de algum IF, com duração mínima de 150 horas e domínio dos conteúdos das OG, ou frequentar os mesmos Curso de Formação durante o primeiro ano da oferta do Curso em que é Tutor;
- ter disponibilidade para se locomover até os locais de trabalho e da Prática Profissional dos estudantes;



- ter experiência de gestão educacional e empatia com seus valores e suas práticas democráticas.

2.5 Orientações para os estudantes

O empenho do estudante no processo de formação a distância é determinante para que sejam alcançados os objetivos de ensino-aprendizagem.

É necessário que o estudante se conscientize e compreenda que existe uma grande diferença entre estar na sala de aula presencial e estudar em casa ou no trabalho, distante de seu professor, como já foi dito na parte 2.1 - Aprender a distância. É preciso que ele esteja, em todo o seu percurso, relacionando as teorias e os conceitos apresentados nos Cadernos às situações de sua vida pessoal ou profissional.

Para fazer bem o curso, ele deverá desenvolver ou aprimorar determinadas habilidades e estabelecer rotinas para aprender a aprender, com **autonomia**.

O estudante de educação a distância precisará:

- ser automotivado, ou seja, buscar em si mesmo razões e objetivos pessoais para a realização do curso;
- ser capaz de auto-organizar seu tempo em função do cronograma do curso (estabelecer horários, esquemas e rotinas de estudo), incluído o tempo de participação na Plataforma: leituras, interações com tutores e colegas, e outras atividades sugeridas ou exigidas no AVA.;
- ser organizado com os materiais de estudo;
- saber estudar de forma independente e autônoma, reconhecendo seu ritmo e estilo de aprendizagem;
- ser curioso e saber pesquisar informações que complementem, aprofundem ou, até mesmo, contradigam conhecimentos trabalhados pelo Profuncionário em outras fontes;
- saber transformar as informações, obtidas nos Cadernos e em ma-





teriais complementares, em conhecimentos;

- ter iniciativa própria para apresentar ideias, questionamentos e sugestões;
- ser capaz de trabalhar em grupo, de forma colaborativa e cooperativa, sempre que necessário;
- ser disciplinado, a fim de cumprir com os objetivos que estabeleceu para si mesmo;
- ser responsável por seu próprio aprendizado;
- estar consciente da necessidade de aprendizagem constante;

O Profuncionário prevê, em cada caderno, a utilização do computador e da internet para realizar as atividades do curso. Assim, também é desejável que o estudante:

- tenha ou adquira familiaridade com o uso de computadores;
- tenha acesso regular a um computador que permita conexão com a internet;
- tenha ou adquira noções básicas de navegação na internet;
- saiba ou aprenda a enviar e receber e-mails, bem como trabalhar com anexos nas mensagens.

O que se pretende é a construção e aquisição de conhecimentos e de competências que permitam ao estudante, por meio das habilitações do Profuncionário, construir sua identidade profissional. Portanto, a metodologia, a organização e a oferta do curso visam à aprendizagem autônoma, com auxílio dos tutores presenciais, dos tutores a distância, dos coordenadores dos polos do IF ou da Secretaria de Educação, formando uma equipe que busca, na combinação de tecnologia, meios de comunicação e material didático, um processo pedagógico eficiente e eficaz.

Não custa lembrar também os dois elementos da ponta dessa “cor-





rente de aprendizagem”: o primeiro é a própria realidade do local e da função do trabalho, com seus desafios e questionamentos, de onde parte a exigência da formação continuada de todos os profissionais da educação; e o “último” são os professores-elaboradores dos Cadernos, que estão, desde 2006, envolvidos na tarefa de escolher e organizar conteúdos significativos para as novas competências exigidas pela qualidade da educação pública. Embora eles não tenham a obrigação estrita de acompanhar os funcionários-estudantes que a cada momento se somam ao Profuncionário, muitas vezes recebem e-mails e outras mensagens de todo o Brasil, que constituem os frutos de seu trabalho e lhes dão oportunidade de novas contribuições e aprendizagens. A Setec dispõe de todos os seus endereços eletrônicos.

Procure entrevistar o seu tutor presencial e lhe pergunte quais as expectativas que ele tem a seu respeito e de seus colegas.

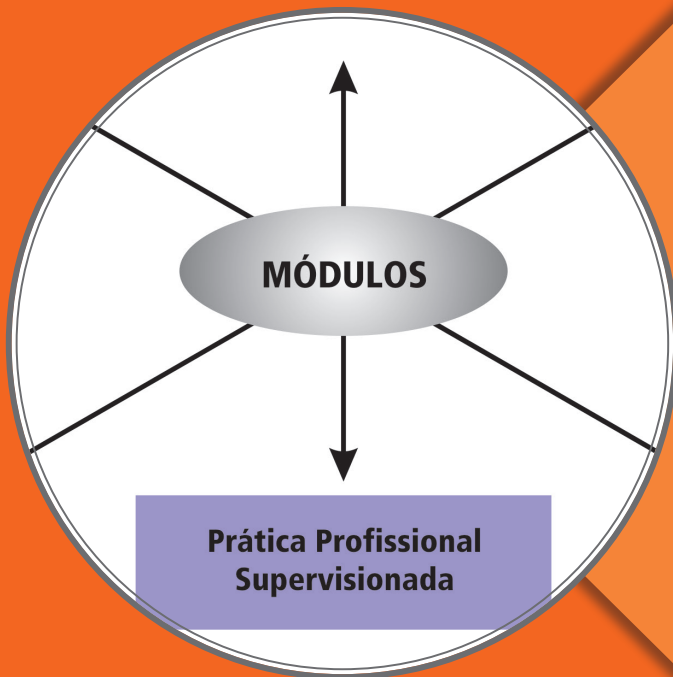
Vamos lá!

Pratique

E qual foi a importância dos(as) funcionários(as) na formação escolar básica que ele(a) teve em sua infância e adolescência. Registre em seu Memorial.







Unidade 3

Orientações Pedagógicas



A partir daqui entraremos na proposta político-pedagógica propriamente dita, que pressupõe o contexto histórico e a modalidade de oferta apresentados, anteriormente, nas partes 1 e 2.

Encontraremos nesta terceira parte, portanto: os objetivos; os princípios orientadores; as competências e os conhecimentos previstos para uma formação consistente e coerente; como foram elaboradas as disciplinas; além dos princípios, dos instrumentos e das orientações sobre o processo de avaliação da aprendizagem do estudante.

3.1 Objetivos

Objetivo geral

Oferecer formação profissional, em nível médio a distância, aos funcionários que atuam nos sistemas de ensino da educação básica pública.

Objetivos específicos

1. Formar técnicos em Secretaria Escolar
2. Formar técnicos em Multimeios Didáticos
3. Formar técnicos em Alimentação Escolar.
4. Formar técnicos em Infraestrutura Escolar.

Entende-se no Profucionário que a formação técnica consiste em um conjunto de atividades teórico-práticas, investigativas e reflexivas. Tais atividades apontam para a aquisição e construção crítica de conhecimentos, habilidades e valores que podem contribuir para que os funcionários da educação se tornem educadores competentes e se qualifiquem como pessoas, como cidadãos e como gestores de um determinado espaço escolar, definido em novos perfis profissionais, segundo a proposta político-pedagógica aqui apresentada e à luz do Parecer CNE/CEB nº 16/2005.



3.2 Princípios filosóficos, políticos e pedagógicos

Imagine que você vai fazer uma viagem de férias de 15 dias. Vai gastar algumas economias que conseguiu fazer em um ano de trabalho. Se você não sabe aonde vai e que meio de transporte vai usar, não sairá do lugar, não é verdade? Mas, antes dessas decisões, você é uma pessoa de “princípios”: por exemplo, não vai “arriscar” a vida, não vai gastar o que não tem, vai se ausentar do trabalho no tempo disponível, etc. “Princípios são normas gerais que orientam sobre onde se quer chegar e como fazer para chegar lá”. Assim é também com o Profucionário. Como se trata de cursos de formação, ele tem princípios filosóficos, políticos e pedagógicos.

Diz-se que os princípios são **filosóficos** porque expressam conceitualmente o sentido da proposta. São **políticos** porque expressam escolhas feitas entre alternativas possíveis. Por fim, são **pedagógicos** porque expressam intenção e planejamento educativos.

Conforme orientação legal, os planos de formação devem ser elaborados com base na definição do perfil profissional de conclusão. O perfil é definido pelas competências que o estudante deve adquirir e/ou construir ao longo do curso.

Assim, para apresentar os princípios, começa-se aqui por perguntar: como compreender competências no Profucionário?

Conforme o Parecer CEB/CNE 16/1999, já citado neste documento, “entende-se por competência profissional a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”.

Trocada em miúdos, essa definição quer dizer que a competência de um profissional é vista pelo uso que ele faz de valores, conhecimentos e habilidades adquiridos na formação para lidar com uma demanda de trabalho na sociedade.

Mas, é preciso compreender que se aprende a usar um conhecimento, por exemplo, quando se o constrói. Logo, a aquisição de competência (saber usar) acontece na justa medida da construção do conhecimento

Por que os princípios do Profucionário são tanto filosóficos, como políticos e pedagógicos?

Não basta definir competências. É preciso que o estudante as exerça na sua prática cotidiana de educador e profissional.



que lhe é necessário. Nesse sentido, a aquisição de competência não se reduz ao mero saber fazer técnico, como, por exemplo, instalar e desinstalar um computador. Essa atividade está relacionada a fins educativos que envolvem aspectos políticos, éticos, estéticos e científicos, relativos à compreensão do sentido do uso pedagógico/educativo do computador na escola. Será competente aquele profissional que souber planejar e potencializar o uso educativo do computador na escola.

Da relação entre competência e conhecimento chegamos a um primeiro princípio: (em negrito) o da indissociabilidade entre teoria e prática.

Pode-se separar a teoria da prática; mas no Profucionário, NÃO. Pela teoria pode-se compreender a prática e, ao mesmo tempo, reconstruir essa prática criticamente. E a prática é o saber fazer planejado intencionalmente.

A prática, portanto, só acontece com teoria, mas não necessariamente com base nela. A exigência teórica da prática é compreensão e crítica que possibilitam sua reconstrução e resignificação. Teoria e prática são condições críticas uma da outra.

Portanto, não se aprende teoria para aplicar e usar na prática, mas se aprende e se constrói teoria transformando o saber fazer da vivência cotidiana em prática intencional.

Considerando-se isso, no Profucionário, propõe-se que as competências sejam compreendidas como um lugar desejado, a ser alcançado, buscado. Algo que ainda não existe e não existirá sem valores, conhecimentos e habilidades, assim como a teoria não existe sem a prática.

Desejo e busca são as competências que caracterizam a utopia a ser criada e construída por todos que estão envolvidos no processo de formação. Sobretudo, por aqueles de quem se exige competência: os estudantes, que buscam se tornar técnicos em educação e que devem planejar as suas experiências com fins educativos. **Assim chegamos ao segundo princípio: o da co-construção, da co-laboração e da co-operação.**

Nessa busca, é preciso contar com as surpresas e o imprevisível da



construção permanente e do inacabamento histórico do humano como humano, que inclui o inacabamento profissional. E este é o terceiro princípio do Profuncionário: o princípio do humano como ser histórico, inacabado, em construção. A técnica em alimentação escolar não suprime a merendeira; o passado não é substituído pelo presente, mas transformado, potencializando competências construídas e apontando novas perspectivas profissionais em nível dito “superior”, mas que, na realidade, são características de um continuum que sempre se aperfeiçoa.

Por isso, entende-se que não é com uma lista de competências definida de antemão que se determinará a profissão de técnico em educação - ou dos quatro técnicos previstos como habilitações dos cursos do Profuncionário. Muito menos se formarão profissionais treinados e qualificados para a exercerem, embora essa lista seja importante como referência na busca e planejamento formativo/transformador do que se propõe aqui. Nesse sentido, para planejar a busca de competências é preciso considerar pelo menos três elementos.

O **primeiro elemento** a ser considerado é o **sujeito da formação e em formação**: os estudantes. São pessoas adultas, funcionários e funcionárias em efetivo exercício na educação, com larga vivência nas rotinas de suas funções. São pessoas que sabem um saber construído na vivência cotidiana de seu fazer. Sabem um saber fazer que exprime competências adquiridas e construídas no próprio fazer.

Esses aspectos da vivência e do saber fazer dos estudantes, que lhes dão uma identidade atual, precisam ser desconstruídos e reconstruídos para que uma nova identidade profissional possa ser criada, se for o caso.

A desconstrução e reconstrução a que se propõe o Profuncionário supõem um quarto princípio, o da construção de conhecimentos..... (até profissional).

Em outras palavras, os conhecimentos historicamente produzidos a serem apropriados nos estudos do Profuncionário devem ser reconstruídos pelos estudantes com base nas necessidades situacionais deles próprios e dos projetos pedagógicos das escolas e dos órgãos em que trabalham. É problematizando sua vivência e as práticas escolares

A vivência do funcionário ultrapassa o ambiente escolar. Ele também é profissional da educação nos órgãos das redes e dos sistemas de ensino.



que o estudante poderá sentir e perceber os conhecimentos de que precisa para compreender e fazer de outro jeito (e, talvez, com outras novas intenções) o que faz todos os dias, ou partir para ações novas, criativas, que revelem sua compreensão científica e pedagógica dos problemas e dos meios para superá-los.

Problematizar significa confrontar conhecimentos, valores e habilidades já presentes no fazer cotidiano com outras concepções, visões, teorias, propostas e paradigmas. Significa estranhar e questionar o óbvio, a rotina, aquilo que é tido como dado e acabado. Significa abrir-se e saber interagir com as inovações. Conduzir situações complexas e lidar com os inventos. Interpretar e distinguir as informações disponíveis, saberes, atitudes e concepções. Significa saber fazer escolhas. Enfim, significa experimentar e fazer de maneira diferente aquilo que se está acostumado a fazer. Significa pensar de modos diferentes o que se está acostumado a pensar.

Trata-se da busca de uma formação que se caracteriza como transformação dos “funcionários” em educadores e cogestores da educação na escola. Transformação que, como processo de desconstrução e reconstrução de si por meio de atividades teórico-práticas, caracteriza-se como autoformação. Tem-se aí, portanto, um quinto princípio: o da formação como autoformação ou transformação de si mesmo.



O segundo elemento a ser considerado, quando se planeja a busca de competências e conhecimentos, diz respeito à identidade profissional ensejada pelo Profuncionário e que não se reduz apenas às competências técnicas nas habilitações previstas, mas, também, ao perfil humano, cidadão e gestor que cada profissional da educação precisa ter.

São esses os elementos que constituem as competências?

- sujeito da formação e em formação
- identidade profissional
 - relações entre seus aspectos individuais e profissionais

Releia!

Esse segundo elemento remete a um sexto princípio: o da transversalidade temática.

A transversalidade temática diz respeito ao modo de compreender competências e conhecimentos que não se encontram isolados da realidade escolar. Significa que o profissional, educador, gestor, cidadão e o técnico em educação devem compreender as competências e conhecimentos de que precisam, relacionados a outras competências e conhecimentos.





Reúna três ou quatro colegas funcionários que já concluíram algum curso do Profucionário ou o estejam frequentando e procurem traduzir COMO o curso contribuiu ou contribui para praticar algum dos sete princípios listados neste capítulo.

Vamos
lá!

Pratique

Por exemplo, no Profucionário entende-se que as competências do técnico em educação exigem conhecimentos sobre a escola. Contudo, conhecer a escola implica em problematizá-la e refletir sobre a sua função social, sobre seus papéis na comunidade, sobre o seu trabalho educativo, sobre a produção de cultura e de identidade, sobre a formação da cidadania, sobre a participação, sobre a conservação ambiental e do próprio prédio, sobre o projeto político-pedagógico, entre muitos outros elementos.

Assim, esses temas se atravessam uns aos outros no estudo da escola e exigem conhecimentos técnico-científicos que possam ajudar a compreendê-los. Da mesma maneira, também os conhecimentos são atravessados uns pelos outros: sociológicos, psicológicos, filosóficos, antropológicos, históricos, pedagógicos, políticos, ambientais, arquitetônicos, administrativos, nutricionais etc.

Por fim, o **terceiro elemento** a ser considerado na compreensão, aquisição e construção das competências profissionais do técnico em educação refere-se às **relações entre as competências individuais e as competências profissionais**.

Entende-se, no Profucionário, que as competências individuais são aquelas que constituem a condição humana. São aquelas que constituem o humano como ser capaz de produzir, refletir, modificar, aprender, inventar, decidir e sonhar. Estão relacionadas ao existir, à vida, de cada um e do gênero humano.

Já as competências da profissão são aquelas que unificam e distinguem os indivíduos em categorias profissionais, aceitas e reconhecidas socialmente. Essas competências são adquiridas, construídas, reconstruídas, modificadas e aprendidas nas práticas e vivências sociais e relacionais com o trabalho. São processuais, mutáveis, culturais e históricas e se desenvolvem na medida do modelo econômico e das inovações tecnológicas que afetam as profissões.



Nesta direção, entende-se que é preciso potencializar o técnico em educação, trabalhador profissional, nas competências para problematizar, estudar, refletir e valorizar o seu fazer na escola como condição para a construção de novos conhecimentos e modos de agir. Que saiba proceder de modo a tornar o saber fazer advindo das vivências e experiências escolares, mediadas por conhecimentos teóricos, conceitos e paradigmas de interpretações culturais e científicas, outras possibilidades de fazer o que está acostumado a fazer: **transformar o saber fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais mais humanizadas.**

Atenção



Além dos perfis específicos (a partir do 3.4.3.1), as quatro categorias de técnicos têm como base estas competências gerais.

3.3 Perfil geral do Técnico em Educação

Considerando os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, o Profuncionário leva em conta as competências gerais atribuídas ao técnico em Serviços de Apoio à Educação pela Câmara de Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação – CNE, por meio do Parecer nº 16/2005, a saber:

- identificar o papel da escola na construção da sociedade contemporânea;
- assumir uma concepção de escola inclusiva, a partir de estudo inicial e permanente da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento da educação escolar;
- identificar as diversas funções educativas presentes na escola;
- reconhecer e constituir a identidade profissional educativa em sua ação nas escolas e em órgãos dos sistemas de ensino;
- cooperar na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da instituição de ensino;
- formular e executar estratégias e ações no âmbito das diversas funções educativas não-docentes, em articulação com as práticas docentes, conferindo-lhes maior qualidade educativa;
- dialogar e interagir com os outros segmentos da escola no âmbito dos conselhos escolares e de outros órgãos de gestão democrática da educação;



- coletar, organizar e analisar dados referentes à secretaria escolar, à alimentação escolar, à operação de multimeios didáticos e à manutenção da infraestrutura material e ambiental;
- redigir projetos, relatórios e outros documentos pertinentes à vida escolar, inclusive em formatos legais para as diversas funções de apoio pedagógico e administrativo.

Acrescentam-se, na tentativa de tornar mais específica a profissão, as seguintes competências:



- identificar e reconhecer a escola como uma das instituições sociais e nela desenvolver atividades que valorizem as funções da educação;
- descrever o papel do técnico em educação na educação pública do Brasil, de seu estado e de seu município;
- atuar e participar como cidadão, técnico, educador e gestor em educação nas escolas públicas, seja da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios;
- compreender que na escola todos os espaços são de vivência coletiva, nos quais deve saber atuar como educador;
- participar e contribuir na construção coletiva do projeto político pedagógico da escola em que trabalha de maneira a fazer avançar a gestão democrática;
- representar, nos conselhos escolares, o segmento dos funcionários da educação;
- compreender e assumir a inclusão social como direito de todos e função da escola;
- elaborar e articular com os docentes, direção, coordenadores, estudantes e pais, projetos educativos que assegurem a boa qualidade da educação na escola, bem como o cumprimento dos objetivos pactuados em seu projeto político-pedagógico;
- diagnosticar e interpretar os problemas educacionais do município,



da comunidade e da escola, em especial quanto aos aspectos da gestão dos espaços educativos específicos de seu exercício profissional;

- manusear aparelhos e equipamentos de tecnologia, colocando-os a serviço do ensino e das aprendizagens educativas e formativas;
- investigar e refletir sobre o valor educativo das suas atividades no contexto escolar, para poder criar melhores e mais consistentes condições para realizá-las;
- transformar o saber fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais mais humanizadas.

Contudo, para não se esquecer, no desejo e na busca de se alcançar essa utopia, muitas outras competências entram em jogo e precisam ser valorizadas. Algumas delas já adquiridas pelos cursistas na sua longa experiência nas escolas e outras que serão criadas e adquiridas no percurso deste curso e depois dele.

3.4 Estrutura curricular

O currículo do Profucionário leva em conta as orientações legais e outras experiências de formação profissional de funcionários da educação apresentadas na parte 1 deste documento, porém diferencia-se delas em alguns aspectos. Primeiramente, como já se viu na parte 2 dessas Orientações Gerais, sua oferta é a distância; em segundo lugar porque o currículo é modular e não puramente disciplinar e, por último, porque as disciplinas são elaboradas levando-se em conta núcleos de formação que se cruzam.

O cruzamento dos núcleos acontece, contudo, em decorrência dos princípios apresentados anteriormente (indissociabilidade entre teoria e prática, construção de competências e conhecimentos por meio de problematização, investigação e reflexão na vivência e na prática e transversalidade temática) que garantem que certos temas, certos procedimentos e certas atitudes transitem de um núcleo para outro por conta das competências dos sujeitos em formação: tutores estudantes. Especialmente a competência de:

A estrutura curricular está organizada em três núcleos que se cruzam. São eles:

- Formação Pedagógica
- Formação Específica
- Prática Profissional Supervisionada

transformar o saber fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais, mais humanizadas.

Sendo núcleos, são flexíveis e nenhum é mais importante do que o outro. E como se pode ver na figura a seguir, o ponto onde os três se encontram forma um nó, que, pode-se dizer, é o nó da formação. Esse nó, materialmente falando, são as disciplinas por meio das quais os estudantes apropriam saberes historicamente construídos e são remetidos a experimentar e pensar novas práticas. A partir desse contato com outros saberes, o saber fazer da vivência poderá ser problematizado, compreendido, ressignificado, reconstruído nas práticas de trabalho na escola.

A Prática Profissional Supervisionada, a Formação Pedagógica e a Formação Técnica Geral e Específica estão articulados em módulos, o que significa que os conhecimentos e competências são adquiridos, construídos e experimentados por meio da problematização teórico-prática de temas e situações, que constituem os conteúdos do curso.

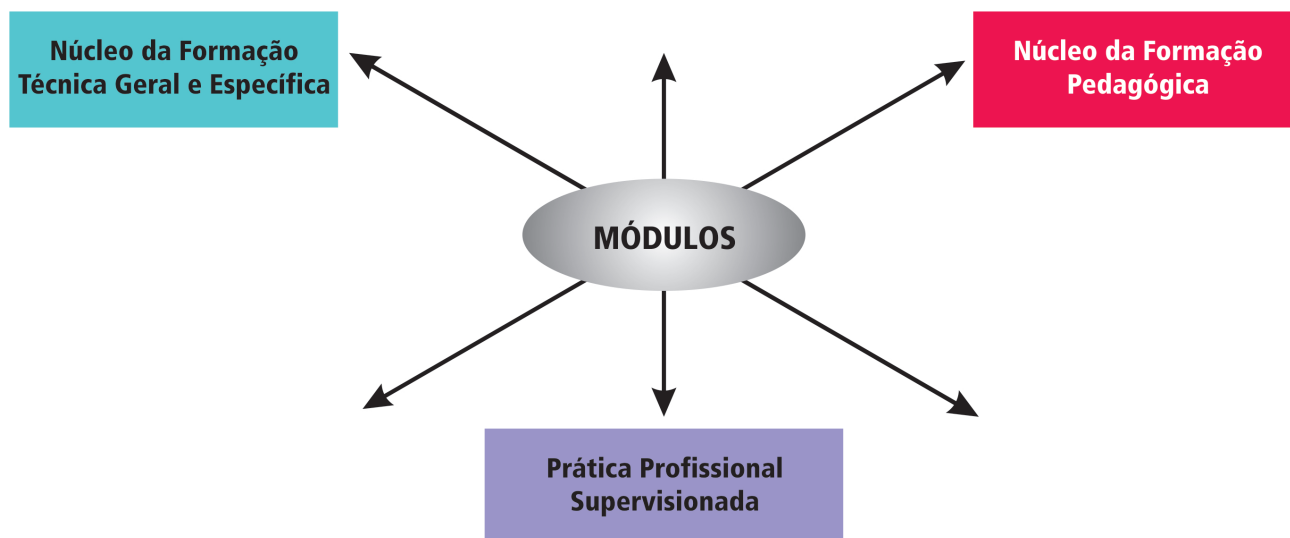


Figura 3 – Cruzamento dos núcleos de formação



O que são as disciplinas?

Atenção



As disciplinas não são livros, mas, no Profucionário, estão expressas em livros, que chamamos de Cadernos. As disciplinas problematizam temas, trazem conhecimentos historicamente produzidos, orientam a leitura e as atividades a serem realizadas tanto para compreender os conceitos como para fazê-los funcionar na experiência. **Ou seja, a leitura dos Cadernos e o estudo das disciplinas se fazem com investigação empírica, analítica e reflexiva, tanto para compreensão de conhecimentos e experiências quanto para propor outras formas de se posicionar nas práticas: sugerem, também, pelos Pratiques e referências do texto, atividades para compor as 300 horas da PPS.**

Assim, no núcleo da Prática Profissional Supervisionada (PPS) não se vai somente aplicar ou usar conhecimentos adquiridos nos núcleos da Formação Pedagógica e da Formação Específica. Ao contrário, a PPS é um lugar e um momento em que o aplicar e usar conhecimentos se tornam problemáticos, críticos, exigindo compreensão, explicação, construção e reconstrução do saber e do saber fazer.

Cada uma das disciplinas tem começo, meio e fim, isto é, eles não pressupõem o estudo de Cadernos precedentes para serem compreendidos.

Apesar de as disciplinas serem autoexplicativas e não remeterem a pré-requisitos, no Profucionário, elas guardam relações umas com as outras e, portanto, obedecem a certa ordem estabelecida pelos que as conceberam. Produção Textual na Educação Escolar e Informática Básica, embora sejam disciplinas com Cadernos numerados, podem e devem ser propostas nos primeiros dois meses do Curso, devendo ser desenvolvidas até os estudantes se sentirem competentes no que elas exigirem. Não se recomendam alterações de sequência, a não ser que fortes razões o aconselharem e, mesmo assim, por decisão colegiada da Instituição e com conhecimento da SETEC.

As disciplinas do Profucionário não são livros didáticos para cursos presenciais, embora possam ser usados como fonte de estudos em quaisquer situações.



Cada uma das habilitações do Profuncionário é composta por dezoito disciplinas: nove de Formação Pedagógica e dez de Formação Técnica.

Quase todas as disciplinas equivalem a 60 horas, com exceção de Fundamentos e Práticas em EaD e Orientações para a PPS - ambas de 30 horas. Assim, tem-se 480 horas no Núcleo de Formação Pedagógica e 600 horas no Núcleo de Formação Técnica Geral e Específica, perfazendo um sub-total de 1.080 horas de disciplinas, a que correspondem os Cadernos elaborados pela SETEC. Completa-se o mínimo legal de 1.200 horas de disciplinas com 120 horas de Parte Diversificada, a critério de cada Instituição Ofertante e Certificadora, por meio de decisão colegiada. Com as 300 horas da PPS os Cursos do Profuncionário, que transformam os trabalhadores em educação em Profissionais da Educação, totalizam 1.500 horas, que se recomenda sejam desenvolvidas entre 20 e 24 meses. Essas 1.020 horas das disciplinas somam-se a 300 horas da Prática Profissional Supervisionada (relacionadas com os estudos das disciplinas), totalizando 1.320 horas de curso.

A seguir, serão especificadas as propostas de cada um dos núcleos de formação e como uns se relacionam com os outros.

3.4.1 Prática Profissional Supervisionada

Antes de tudo, a decisão de se incorporar 300 horas de PPS se deve à proposta da SEB/MEC enviada ao Conselho Nacional de Educação em 2005, inspirada pelo art. 65 da LDB que exige a mesma carga horária de Prática de Ensino para a formação dos professores da educação básica, em cursos de nível médio e superior. As 300 horas de PPS, portanto, são uma exigência da "profissionalidade" dos funcionários - categoria III dos profissionais da educação reconhecidos pela LDB - e pelo seu profissionalismo, conforme as competências e princípios explicitados nestas OG.

Com a implementação da nova disciplina de Orientações da PPS e seu respectivo Caderno - cujas 30 horas não devem ser computadas dentro das 300 da PPS - limitamo-nos aqui a algumas considerações gerais julgadas necessárias para a compreensão dos três Núcleos Curriculares de cada Curso.

As atividades que constituem a PPS, integradas ao estudo das disci-





Atenção



Qual o valor de vivenciar suas atividades rotineiras como prática educativa intencional?

plinas do núcleo de Formação Pedagógica e do núcleo de Formação Técnica Geral e Específica, devem ser planejadas conjuntamente pelo estudante e pelo tutor, sendo este o responsável pela supervisão e orientação dialógica daquele. **As atividades da PPS, a serem desenvolvidas na escola ou no órgão de educação onde trabalha o(a) funcionário(a) ou mesmo em outra instituição apropriada, podem fluir das sugestões e escolha dos Pratiques quanto de opções feitas no diálogo estudante-tutor(a), à luz da realidade de cada espaço educativo e do desenvolvimento do Curso.**

A PPS é concebida no Profucionário como o momento em que o estudante redefine seu fazer profissional, transformando atividades rotineiras em práticas educativas intencionais. Ela promove a problematização da rotina e a criação de outras possibilidades práticas com base nos estudos das disciplinas e das necessidades educativas da escola.

Cumpra ainda afirmar e enfatizar que a PPS é um Estágio Supervisionado, conforme define a Lei do Estágio, ou seja, um ato pedagógico curricular sujeito a acompanhamento, controle e avaliação, que supõe não somente registros e relatórios de atividades, mas a interação presencial entre o educador e o educando, nesse caso o tutor e o funcionário-estudante.

A PPS deve ser cumprida e avaliada, por um processo contínuo, não fragmentado pelas disciplinas mas ordenado pela sua sequência, como se detalha adiante na seção que orienta o Processo de Avaliação e no Caderno de Orientações sobre a PPS.

Ao elaborarem o plano da PPS observem as condições situacionais em que vocês se encontram.

3.4.2 Núcleo da Formação Pedagógica

A grande e original contribuição que o Profucionário consolidou na história da profissionalização desses trabalhadores da educação foi o caráter técnico-PEDAGÓGICO de sua formação, que vinha da experiência do Mato Grosso na década de 1990. O texto do parágrafo único do art. 62-A da LDB que enfatiza o caráter da formação “de conteúdo técnico-pedagógico” certamente é não só o que justifica o reconhecimento dos funcionários como profissionais da educação mas também um marco na evolução do papel da escola que evolui da instrução e do ensino-aprendizagem para o conceito mais amplo e integral de educação escolar.



Assim, é imprescindível não somente incluir as disciplinas pedagógicas como organizá-las em um núcleo inicial e fundante da formação profissional dos funcionários, que de trabalhadores EM educação, transitam e se transformam em educadores profissionais ou profissionais da educação. Esse Núcleo se inicia por três disciplinas que explicitam as concepções do Curso (OG), a sua modalidade de oferta (EaD) e a tradução do princípio da indissociabilidade da teoria e prática na PPS. Continua pela afirmação da identidade dos profissionais no contexto dos elementos constituintes dos sistemas de ensino, se desenvolve pelos fundamentos históricos, filosóficos, antropológicos, psicológicos e sociológicos da educação e se completa pela abordagem da gestão educacional. As seis disciplinas são vistas pelo ângulo do estudo e da vivência da ESCOLA, com olhares novos e científicos, com reconstrução de sentidos, de fazeres, de relações onde um funcionário invisível e subalterno renova sua autoestima e se refaz como cidadão, ator da educação, re-construtor dos espaços educativos mais amplos que a sala de aula. A escola como campo de vida e ação do funcionário em interação com professores e estudantes é o objeto central dos estudos propostos no Profuncionário.

A escola é significada e compreendida por múltiplas perspectivas, conforme o foco dos olhares teóricos em cada disciplina: instituição educativa, espaço de trabalho, agência educativa, espaço de produção e reprodução cultural, espaço de interação e controle social, instituição social, aparelho de Estado ou espaço de resistência, para citar alguns exemplos.

Isso pode permitir aos estudantes perceberem que a escola não é apenas aquele prédio que envolve determinadas pessoas que ali permanecem tantas horas do dia. Cada escola tem uma história, assim como o tem a instituição escolar. Uma história que se entrelaça com a história do país, do estado, do município, das comunidades locais, das pessoas. Uma história que, embora seja singular, não está alheia a um mundo e a uma história globalizados.

Por isso, no Profuncionário, procura-se olhar a escola, nas diversas disciplinas de forma articulada e não sobreposta, muito embora algumas questões sobre ela sejam retomadas nos diversos Cadernos, em diferentes perspectivas.



Qual a nossa visão sobre a escola? É possível ampliar e movimentar essa visão?

O núcleo da formação pedagógica traz, portanto, a proposta de ampliar e movimentar a visão dos funcionários sobre a escola, tentando deslocar e multiplicar os seus olhares, para que possam repensar e reorientar suas práticas e suas relações nela e com ela, com a própria escola, com os demais segmentos que compõem a comunidade escolar e, sobretudo, consigo mesmos, como pessoas e como categoria profissional: **educadores**.

Os diversos conceitos de escola que aparecem nas disciplinas são atravessados e problematizados por temas que constituem a formação pedagógica. Os temas são estudados à luz das ciências e da filosofia da educação, na perspectiva de contextualizá-los na escola e de contextualizar a escola em relação a eles. São os seguintes temas:

- **identidade** do técnico em educação como educador, gestor, profissional, cidadão e humano;
- **educação**, como prática social, como formação, como transmissão cultural, como endoculturação, como ato político, como ação política, como desenvolvimento da personalidade, como projeto de vida e de sociedade;
- **cidadania**, como pertença e participação em um Estado, como direito, como conquista, como projeto social e como valor político;
- **trabalho**, como elemento central na organização social e como prática cultural na qual e pela qual se educa, como autoprodução humana;
- **gestão democrática**, como cogestão, gestão coletiva e participativa de uma participação qualificada e competente que se constrói com acesso à informação e a conhecimentos, com problematização, investigação e reflexão da realidade e no diálogo com o outro, com processos de decisão coletiva.

Tais temas estão problematizados transversalmente (atravessam-se e chocam-se, ligam-se) no estudo e na investigação das vivências e rotinas escolares, de modo que a compreensão (teórica) do seu sentido possa acontecer criticamente (na prática).

O núcleo de formação pedagógica, assim, destina-se à apropriação e construção de conhecimentos científicos (ciências da educação) e filosó-





ficos da educação, comum às quatro habilitações, necessários à formação e transformação do estudante em educador, constituindo-se de nove disciplinas, sete de 60 horas e duas de 30 horas, que totalizam 480 horas.

As nove disciplinas pedagógicas que constituem esse núcleo de formação pedagógica são as seguintes:

DISCIPLINA A - Orientações Gerais do Profucionário

DISCIPLINA B - Fundamentos e Práticas de EaD

DISCIPLINA C - Orientações para a Prática Profissional Supervisionada

DISCIPLINA 1 - Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores

DISCIPLINA 2 – Educadores e Educandos: tempos históricos

DISCIPLINA 3 – Homem, pensamento e cultura: abordagens filosófica e antropológica

DISCIPLINA 4 – Relações interpessoais: abordagem psicológica

DISCIPLINA 5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação

DISCIPLINA 6 – Gestão da Educação Escolar

Recomenda-se que essas disciplinas, bem como as técnicas específicas, sejam ofertadas uma por vez, com duração mensal ou adequada à carga horária e circunstâncias do calendário, na sequência sugerida (A, B, C, 1...16), com exceção da Produção Textual e da Informática Básica, cujas atividades se podem distribuir ao longo de vários meses, desde o início do Curso.

O que significa formar o técnico em educação como educador, com uso educativo de outros conhecimentos, além do pertinente à escola e à educação?

3.4.3 Núcleos de Formação Técnica Geral e Específica

Como já deu para notar até aqui, o Profucionário pretende criar condições para que o estudante, funcionário da educação, des-





construa sua identidade profissional “tradicional” (porteiro, zelador, merendeira, auxiliar, servente) e a reconstrua como técnico em educação, cuja especificidade abrange competências e conhecimentos de educador, de gestor de espaços escolares e da própria escola e de cidadão, sem se descuidar da humanização que ela pode promover.

A formação profissional do técnico em educação nas diferentes habilitações está relacionada com o conhecer e o fazer outra escola, diferente. Isso exige mais do que conhecimentos científicos e filosóficos sobre a educação. Isso porque a escola é um espaço, antes de mais nada, educativo. Assim, é necessário que o prédio, o ambiente, os equipamentos mecânicos e eletrônicos, os alimentos, entre outros, estejam coerentemente preparados para compor o ato de educar.

Significa que o técnico em educação não é formado educador apenas com conhecimentos sobre a escola e a educação, mas, sobretudo, com o uso educativo de outros conhecimentos.

Conforme a especificidade da formação (secretaria escolar, multimeios didáticos, alimentação escolar e infraestrutura escolar), portanto, conhecimentos diferentes serão exigidos, sobretudo aqueles relacionados com as técnicas de trabalho e uso das tecnologias.

O núcleo de formação técnica específica, assim, procura oferecer ao estudante conhecimentos técnicos e tecnológicos específicos de sua formação profissional, levando em conta os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos do Profuncionário (indissociabilidade entre teoria e prática, transversalidade temática, construção coletiva, construção de competências e conhecimentos pela problematização, investigação e reflexão sobre a realidade do trabalho, gestão democrática).

O que isso quer dizer? Quer dizer que os Cadernos que constituem o núcleo de formação técnica específica continuam a problematizar a escola. Porém, são elaborados de modo a introduzir saberes de outras áreas, além da pedagogia. Em perspectiva educativa intencional, as disciplinas e seus Cadernos não são simples manuais que orientam, passo a passo, como aplicar uma técnica ou como usar um equipamento, muito embora em alguns momentos o façam.



As disciplinas procuram criar condições para que o estudante possa refletir sobre o sentido pedagógico, histórico, social, político e cultural do uso desses conhecimentos em processos educativos. Há um esforço, portanto, de que os conteúdos do núcleo de formação técnica específica possam ser apropriados reflexiva e criticamente pelo estudante de modo a que contribuam com a ressignificação da rotina e do saber fazer da vivência escolar.

Eles estão construídos de maneira a continuar a problematização da escola em relação àqueles temas transversais citados no núcleo de formação pedagógica (identidade, educação, cidadania, trabalho e gestão), além de incluir outros temas ao estudo da escola, tais como: gestão democrática e participação na formação em secretaria escolar; mídia, linguagem e tecnologia na formação em multimeios didáticos; alimentação saudável e sustentável na formação em alimentação escolar; espaço e meio ambiente, espaço educativo e manutenção técnica na formação em infraestrutura escolar.

No núcleo de formação técnica geral e específica, portanto, a ênfase não é dada pelas ciências e filosofia da educação, mas por outros saberes que envolvem nutrição, biologia, química, comunicação, administração, ciências contábeis, arquitetura, engenharia, meio ambiente, informática, direito, entre outros.

Com esses outros saberes e temas, são indicadas as especificidades da gestão de espaços educativos diferentes na escola.

O núcleo da formação técnica geral e específica é composto por dez disciplinas, equivalentes a 600 horas. Três delas, equivalentes a 180 horas relativas a conteúdos de Informática Básica, de Produção Textual na Educação Escolar e de Direito Administrativo e do Trabalho, são comuns às quatro formações propostas, trazendo saberes importantes tanto para a atuação profissional como para os estudos no Profucionário. Por isso podem ser estudadas concomitantemente às disciplinas do núcleo de formação pedagógica.

Assim, para formação técnica específica propriamente, o Profucionário está constituído por sete disciplinas que equivalem a 420 horas, como serão descritas, juntamente com as competências, nas seções a seguir.





A carga horária total de 1.500 horas pode ser modificada pelas instituições ofertantes, desde que as disciplinas somem o mínimo de 1.200 horas exigidas pelo Eixo de Desenvolvimento Educacional no Catálogo de Cursos Técnicos da SETEC/MEC e se completem com 300 horas da PPS.

Antes, porém, é preciso notar:

a) essa autonomia de organização vale para as Instituições em suas ofertas presenciais e não no Profucionário, cujo material didático impresso e disponível na internet se articula com os quadros curriculares propostos a seguir;

b) como os núcleos da estrutura curricular dos cursos do Profucionário são flexíveis, podem ser reorganizados em formas circulares, com trânsito mais intenso entre eles, conforme deixa claro a figura a seguir:

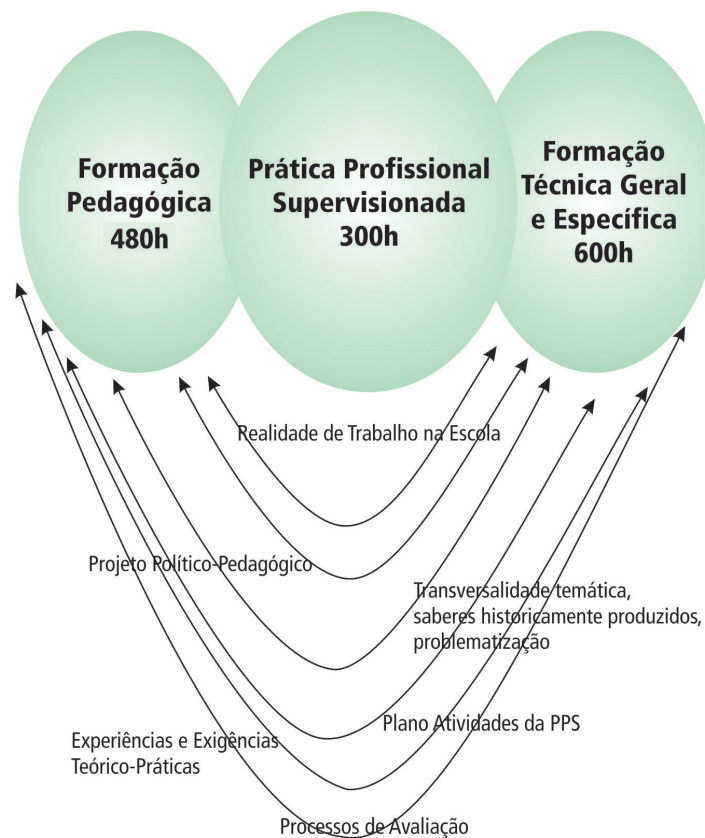


Figura 4 – Esquema das relações entre os núcleos na constituição do currículo





3.4.4 Parte Diversificada

Tanto a Resolução nº 5, de 2005, que criou a Área 21ª - de Serviços de Apoio Escolar - quanto o Catálogo de Cursos Técnicos do MEC, em edições até 2001, previam que a carga horária total dos Cursos Técnicos de Profissionalização dos Funcionários fosse de, no mínimo, 1.200 horas.

Os cursos do Profuncionário, desde 2005, se desenvolviam em 1.260 horas, incluídas as 300 h de PPS. Entretanto, por força da Resolução nº 6 da Câmara de Educação Básica do CNE, editada em 20 de setembro de 2012, em seu artigo 32 orienta no sentido de que “a carga horária destinada a estágio profissional supervisionado, quando previsto em plano de curso, em quaisquer das formas de oferta do curso técnico de nível médio, deverá ser adicionada à carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional”.

Isso significa que os cursos técnicos de nível médio do Profuncionário devem ter carga horária mínima de 1.200 h, conforme o Catálogo, às quais se somam as 300 horas de PPS.

Diante disso, a SETEC deliberou:

- a) que fossem incorporadas 120 horas de disciplinas introdutórias ao Núcleo de Formação Pedagógica, conforme já enunciado, distribuídas em 60 h das Orientações Gerais, 30 h de Fundamentos e Práticas em EaD e 30 h de Orientação à PPS;
- b) que sejam adicionadas 120 horas, no mínimo, em disciplinas de Parte Diversificada, ou seja, de livre escolha da Instituição Ofertante - seja um IF, seja uma escola estadual credenciada.

Essas disciplinas não contarão com material didático específico editado pela Setec, mas devem ter o suporte necessário para seu desenvolvimento em EaD produzido por cada Instituição.

Essa Parte Diversificada pode conter componentes tanto pedagógicos como técnicos, principalmente na forma de complementação de conteúdos que já compõem o currículo ou que devam ser incluídos segundo as carências identificadas pelas instituições e as novas demandas que se apresentam a cada dia.



A título de sugestão, elencamos algumas possibilidades ligadas à Cultura Geral e ao Núcleo Pedagógico:

- Educação e Diferenças
- Ética e Escola
- Arte e experiência estética na comunidade
- Escola e contexto regional
- Conselhos na área da Educação
- Ética e Política
- Educação Tributária

Mas as autoridades e os colegiados do Profuncionário poderão também usar das 120 horas ou mais da Parte Diversificada para ampliar ou aprofundar as competências técnicas específicas, por exemplo:

- Primeiros socorros
- Transporte Escolar
- Monitoria de Jornada Integral
- Laboratórios Especializados
- Puericultura
- Gestão de Planos de Educação
- Diagnóstico em Políticas Educacionais
- Introdução à Arquivística
- Legislação Estadual
- Normas do Sistema de Ensino



Uma das consequências mais positivas da inserção da Parte Diversificada no Currículo dos Cursos do Profucionário é o estímulo à prática da gestão democrática. Sabemos que a modalidade EaD sofre desse desafio, mas não se pode esquecer que na concepção do Profucionário está a semipresencialidade, estipulada em 20% da carga horária. Essa semipresencialidade não somente propicia as deliberações coletivas nas turmas, em colegiados de curso e de polo, como também se deve observar nas atividades da Parte Diversificada.

3.4.5 Perfil específico do Técnico em Secretaria Escolar

O perfil profissional do Técnico em Secretaria Escolar é constituído por conhecimentos, saberes, princípios, valores e habilidades que o credenciam como educador e gestor escolar. Espera-se, então, que esta formação profissional propicie as seguintes competências específicas:

- a. conhecer os principais elementos, fundamentos e princípios de sua profissão;
- b. compreender as principais concepções de administração e como estas ressoam no planejamento educacional escolar;
- c. compreender e analisar as questões relativas aos meios e fins da educação, considerando processualmente o diagnóstico, a execução e a avaliação;
- d. conhecer e vivenciar a ética e a transparência na educação pública;
- e. compreender a unidade escolar como parte de um complexo educacional ligado a redes e sistemas de ensino;
- f. dominar os fundamentos da gestão curricular, gestão administrativa e gestão financeira da unidade escolar;
- g. compreender e analisar, considerando os seus princípios e práticas, uma gestão escolar com componentes autoritários e uma gestão escolar com componentes democráticos;
- h. compreender, analisar, elaborar, refletir e vivenciar o projeto político-pedagógico da escola;
- i. compreender e contextualizar, na lei e na prática social, a educação escolar, o Estado e as políticas educacionais;



- j. compreender e analisar a legislação educacional nas Constituições, nas Leis de Diretrizes e Bases, no Plano Nacional de Educação e nas normas dos Conselhos de Educação;
- k. dominar, analisar, refletir, fazer relações e mediações entre as normas emanadas dos conselhos de educação, o regimento escolar e a PPE;
- l. ler, compreender e produzir com autonomia, registros e escritas de documentos oficiais, relacionando-os com as práticas educacionais;
- m. conhecer os fundamentos da contabilidade pública nos aspectos relacionados com o financiamento da educação, contabilidade da escola e da rede escolar;
- n. conhecer os fundamentos da administração de materiais. Compreender e fazer relações entre os equipamentos físicos, materiais pedagógicos, educação e aprendizagem;
- o. conhecer os fundamentos da estatística. Compreender e fazer relações entre estatística e planejamento, estatística e avaliação, estatística e gestão, estatística e financiamento da educação;
- p. compreender criticamente a avaliação institucional e os processos de avaliação dos estudantes, das escolas e das redes de ensino.

Essas competências devem ser adquiridas e construídas com estudos teórico-práticos apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Currículo para formação do Técnico em Secretaria Escolar

TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR			
PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	DISCIPLINAS	Carga Horária	MÓDULOS COMUNS ÀS HABILITAÇÕES
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	480h	
	Orientações Gerais	60h	
	Fundamentos e Práticas em EaD	30h	
	Orientações para a Prática Profissional Supervisionada	30h	
	1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	60h	
	2 – Educadores e Educandos: tempos históricos	60h	
	3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	60h	
	4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica	60h	
	5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	60h	
	6 – Gestão da Educação Escolar	60h	
PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	DISCIPLINAS	Carga Horária	MÓDULOS COMUNS ÀS HABILITAÇÕES
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL	180h	
	7 – Informática Básica	60h	
	8 – Produção Textual na Educação Escolar	60h	
	9 – Direito Administrativo e do Trabalho	60h	
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	420h	MÓDULOS ESPECÍFICOS À HABILITAÇÃO
	10 – Trabalho Escolar e Teorias Administrativas	60h	
	11 – Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola	60h	
	12 – Legislação Escolar	60h	
	13 – Técnicas de Redação e Arquivo	60h	
	14 – Contabilidade na Escola	60h	
	15 – Administração de Materiais	60h	
	16 – Estatística Aplicada à Educação	60h	
PARTE DIVERSIFICADA	120h		
Carga Horária Total	PPS + Formação Pedagógica + Formação Técnica Geral + Formação Técnica Específica + Parte Diversificada	1.500h	

O caderno de Orientações da Prática Profissional trata-se de um material opcional, sendo uma produção do IFPR.

Gestão Escolar ou Secretaria Escolar
Existe uma flexibilidade na denominação das habilitações dos cursos técnicos de formação dos funcionários. A proposta original do PROFUNCIÁRIO previu a habilitação em Gestão Escolar. Já o Catálogo de Cursos Profissionais de Nível Médio, editado pela Setec/MEC, denominou essa habilitação de Secretaria Escolar.



3.4.6 Perfil específico do Técnico em Multimeios Didáticos

O perfil profissional do Técnico em Multimeios Didáticos é constituído de conhecimentos, saberes, valores e habilidades que o credenciam como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia na escola.

Espera-se, então, que esta formação profissional propicie as seguintes competências específicas:

- a. conhecer a natureza e os elementos historicamente construídos da comunicação humana, do gesto à fala e aos símbolos gráficos;
- b. entender a leitura das diversas linguagens e seu uso na instrução e na educação;
- c. dominar os conceitos básicos e as diversas teorias no campo da comunicação;
- d. ter familiaridade com os principais jornais diários e revistas semanais do Brasil, bem como saber produzir mídia impressa (jornal de escola, por exemplo);
- e. dominar os fundamentos das linguagens audiovisuais de comunicação: teatro, fotografia, cinema, rádio, tevê e internet;
- f. dominar as questões colocadas pela comunicação na educação como projeto e processo social e as contradições entre as mídias e a formação humanística;
- g. entender e dominar o conceito de mídia educativa e seus desdobramentos na produção de livros didáticos, de programas de rádio, de tevê e de vídeos educativos;
- h. conhecer as questões básicas referentes ao livro: produção, edição, classificação, catalogação;
- i. dominar os aspectos operacionais de bibliotecas escolares, inclusive da captação de títulos didáticos, literários e científicos, relacionados ao desenvolvimento do currículo da educação básica;
- j. gerenciar bibliotecas e videotecas escolares de pequeno e médio portes, supervisionado por profissionais habilitados em biblioteconomia;
- k. dominar o histórico e o desenvolvimento dos audiovisuais ligados à educação, bem como a interpretação crítica de suas formas e conteúdos;



- l. dominar os fundamentos das práticas dos laboratórios escolares nas diversas áreas: física, química, biologia, línguas, informática, bem como o papel dos professores, dos técnicos e dos estudantes no manuseio dos equipamentos e materiais;
- m. conhecer os fundamentos das expressões culturais que integram os conteúdos curriculares da educação básica e dominar as funções e gestão de seus espaços físicos: auditórios, teatros, cinemas, salas de vídeo, salas de dança, galerias de exposições de arte, museus;
- n. dominar a história e a produção cultural do município e ter familiaridade com seus produtores e atores, com vistas à integração entre a escola e a comunidade;
- o. conhecer os fundamentos da informática, o uso do computador no processo de ensino e aprendizagem, da internet como fonte de pesquisa e das novas tecnologias aplicadas às artes, com o domínio prático dos principais programas;
- p. manter relacionamento construtivo com todos os professores no sentido de se prontificar a ajudá-los em seu trabalho de ensino com o uso das tecnologias de informação disponíveis na escola e na comunidade.

Essas competências devem ser adquiridas e construídas com estudos teórico-práticos apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2 - Currículo para formação do Técnico em Multimeios Didáticos

TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS		
	DISCIPLINAS	Carga Horária
PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	480h
	Orientações Gerais	60h
	Fundamentos e Práticas em EaD	30h
	Orientações para a Prática Profissional Supervisionada	30h
	1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	60h
	2 – Educadores e Educandos: tempos históricos	60h
	3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	60h
	4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica	60h
	5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	60h
	6 – Gestão da Educação Escolar	60h
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL	180h
	7 – Informática Básica	60h
	8 – Produção Textual na Educação Escolar	60h
	9 – Direito Administrativo e do Trabalho	60h
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	420h
	10 – Teorias da Comunicação	60h
11 – Audiovisuais	60h	
12 – Biblioteca Escolar	60h	
13 – Oficinas Culturais	60h	
14 – Laboratórios	60h	
15 – Informática Aplicada à Educação	60h	
16 – Informática Aplicada às Artes	60h	
PARTE DIVERSIFICADA	120h	
Carga horária total	PPS + Formação Pedagógica + Formação Técnica Geral + Formação Técnica Específica + Parte Diversificada	1.500h



3.4.7 Perfil específico do Técnico em Alimentação Escolar

O perfil profissional do Técnico em Alimentação Escolar é constituído de conhecimentos, saberes, valores e habilidades que o credenciam como gestor do espaço educativo de alimentação escolar. Espera-se, então, que esta formação profissional propicie as seguintes competências específicas:

- a. preparar cardápios escolares de alto valor nutritivo, baixo custo, preparo rápido e sabor regionalizado e sazonal;
- b. dominar os principais conhecimentos da profissão, integrando os conhecimentos científicos e tecnológicos transmitidos e produzidos, além de ressignificar a sua experiência profissional à luz da política e da legislação sobre alimentação escolar;
- c. conhecer na teoria e na prática os valores nutricionais dos alimentos, à luz dos aportes da química e da biologia, bem como a oferta regional de nutrientes de origem animal, vegetal e mineral em suas variações culinárias;
- d. conhecer os fundamentos e as práticas da educação alimentar nas diferentes fases da vida humana, bem como nas situações familiar, pessoal e escolar;
- e. diagnosticar na escola casos de subnutrição, obesidade e outros estados que exigem processo de reeducação alimentar;
- f. ter conhecimento crítico dos desvios na oferta de alimentos, principalmente em suas versões industriais e superfaturamentos;
- g. conhecer várias opções de receitas e de preparação de alimentos compatíveis com as refeições escolares, a partir da oferta regional e das estações do ano;
- h. escolher e planejar cardápios escolares a partir da elaboração das alternativas criadas pelos nutricionistas;
- i. conhecer o mercado local de oferta de alimentos industriais, semielaborados e in-natura; e, ser capaz de efetuar compras dos insumos para a preparação semanal da merenda na escola;
- j. ter conhecimento teórico e prático do manejo de hortas domiciliares e escolares, como suporte parcial dos insumos da merenda escolar;



- k. dominar as técnicas de relações humanas com crianças, adolescentes e adultos, no sentido de acompanhá-los em sua educação alimentar, inclusive no consumo das refeições e alimentos escolares;
- l. dominar os princípios e práticas da organização de uma cantina e cozinha escolar, bem como o funcionamento e reparo dos seus equipamentos;
- m. conhecer os princípios e as técnicas de higiene e segurança do trabalho referentes à sua área de atuação na escola, incluindo práticas de conservação e armazenamento de alimentos e correto manejo do lixo;
- n. conhecer as políticas nacionais de abastecimento, de produção de alimentos e de alimentação escolar no contexto nacional.
- o. contribuir para a formação de hábitos saudáveis de alimentação e nutrição escolar;
- p. conhecer os princípios das dietas alimentares, a composição dos nutrientes e as quantidades adequadas para a merenda escolar enquanto alimentação diária e semanal de crianças, adolescentes, jovens e adultos;
- q. ter a habilidade para dialogar com os profissionais das diversas áreas da educação e esforçar-se para praticar a interdisciplinaridade na educação alimentar e na oferta de merenda escolar;
- r. compreender as estações do ano e interpretar a sua influência na produção de alimentos e carnes;
- s. comunicar-se com os estudantes antes e durante a oferta dos alimentos, conduzindo-os para saber decidir a quantidade e suas escolhas;
- t. interpretar as informações obtidas pela mídia ou pela internet e distinguir o real e o enganoso;
- u. auxiliar a comunidade escolar e familiar a adquirir hábitos saudáveis;
- v. criar e manter hábitos saudáveis com a disposição para viver seus sonhos com saúde, prazer e como educador da alimentação escolar.

Essas competências devem ser adquiridas e construídas com os estudos teórico-práticos apresentados no quadro a seguir:

Quadro 3 – Currículo para formação do Técnico em Alimentação Escolar

TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
	DISCIPLINAS	Carga Horária
PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	480h
	Orientações Gerais	60h
	Fundamentos e Práticas em EaD	30h
	Orientações para a Prática Profissional Supervisionada	30h
	1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	60h
	2 – Educadores e Educandos: tempos históricos	60h
	3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	60h
	4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica	60h
	5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	60h
	6 – Gestão da Educação Escolar	60h
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL	180h
	7 – Informática Básica	60h
	8 – Produção Textual na Educação Escolar	60h
	9 – Direito Administrativo e do Trabalho	60h
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	420h
	10 – Alimentação e Nutrição no Brasil	60h
	11 – Alimentação Saudável e Sustentável	60h
12 – Políticas de Alimentação Escolar	60h	
13 – Produção e Industrialização de Alimentos	60h	
14 – Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas	60h	
15 – Organização e Operação de Cozinhas Escolares	60h	
16 – Planejamento e Preparo de Refeições Saudáveis na Alimentação Escolar	60h	
	PARTE DIVERSIFICADA	120h
Carga horária total	PPS + Formação Pedagógica + Formação Técnica Geral + Formação Técnica Específica + Parte Diversificada	1.500h



Meio Ambiente e Manutenção de Infraestrutura Escolar ou Infraestrutura Escolar

Existe uma flexibilidade na denominação das habilitações dos cursos técnicos de formação dos funcionários. A proposta original do FUNCIONÁRIO previa uma habilitação em Meio Ambiente e Infraestrutura Escolar. Já o Catálogo de Cursos Profissionais de Nível Médio, editado pela Setec/MEC, denominou essa habilitação de Infraestrutura Escolar.

3.4.8 Perfil específico do Técnico em Infraestrutura Escolar

O perfil profissional do Técnico em Infraestrutura Escolar é constituído de conhecimentos, saberes, valores e habilidades que o credenciam como gestor do meio ambiente e da manutenção da infraestrutura escolar. Espera-se, então, que esta formação profissional propicie as seguintes competências específicas:

- a. conhecer o histórico da evolução dos espaços escolares e as teorias arquitetônicas e pedagógicas de construção do espaço educativo;
- b. ter sensibilidade para identificar as carências e disfunções dos espaços físicos em relação aos princípios da educação brasileira e à proposta pedagógica da escola;
- c. dispor-se a agir solidariamente com os educadores e educandos na gestão do meio ambiente e do espaço escolar para estruturá-los como agentes educativos;
- d. compreender as questões ambientais no contexto da educação para a cidadania e para o trabalho, bem como do desenvolvimento nacional, regional e local;
- e. dominar o histórico da evolução do espaço geográfico do município, de suas zonas urbanas e rurais, na perspectiva da legislação ambiental e do plano diretor de ocupação territorial;
- f. gerenciar, do planejamento à execução, os serviços de higiene e limpeza da escola, solidariamente com os outros trabalhadores e estudantes;
- g. compreender as questões de segurança das escolas, no contexto de seu espaço geográfico e de seu projeto político-pedagógico, valorizando as relações de vizinhança e de serviço à comunidade;
- h. ter conhecimento e dominar a leitura e interpretação dos projetos físicos dos prédios que compõem a escola, localizando as diferentes áreas, as redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário, e as outras plantas da arquitetura escolar;
- i. conhecer os princípios básicos e práticas mais simples da arquitetura e da engenharia civil, incluindo as técnicas de desenho, de forma a ser capaz de dialogar com os profissionais dessas áreas na perspectiva da formulação de espaços educativos e da qualificação da aprendizagem;



- j. ser capaz de entender os procedimentos de manutenção das redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário, bem como identificar problemas de funcionamento e executar reparos conjunturais, na medida dos recursos da escola;
- k. conhecer a estrutura e a operação dos principais equipamentos elétricos e eletrônicos em uso nas escolas, inclusive os didáticos, bem como saber executar reparos ao alcance dos recursos disponíveis;
- l. cuidar da conservação dos níveis desejáveis de ventilação e de temperatura ambiente nos espaços interiores das escolas;
- m. conhecer a rotina de manutenção física dos prédios escolares, incluindo tarefas de impermeabilização, conservação de coberturas, pisos e pinturas, bem como técnicas simples de construção em madeira, metal e alvenaria;
- n. ter familiaridade com os equipamentos e materiais didáticos mais comuns nas escolas, de forma a reconhecer as alternativas de seu uso nas diferentes situações pedagógicas e prover sua manutenção e conservação.

Essas competências devem ser adquiridas e construídas com os estudos teórico-práticos apresentados no quadro a seguir:

Quadro 4 - Currículo para formação do Técnico em Infraestrutura Escolar

TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR		
	DISCIPLINAS	Carga Horária
PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	480h
	Orientações Gerais	60h
	Fundamentos e Práticas em EaD	30h
	Orientações para a Prática Profissional Supervisionada	30h
	1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	60h
	2 – Educadores e Educandos: tempos históricos	60h
	3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	60h
	4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica	60h
	5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	60h
	6 – Gestão da Educação Escolar	60h
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL	180h
	7 – Informática Básica	60h
	8 – Produção Textual na Educação Escolar	60h
	9 – Direito Administrativo e do Trabalho	60h
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	420h
	10 – Teorias do Espaço Educativo	60h
	11 – Meio Ambiente, Sociedade, Higiene e Educação	60h
12 – Técnicas de Construção	60h	
13 – Equipamentos Hidráulicos e Sanitários	60h	
14 – Equipamentos Elétricos e Eletrônicos	60h	
15 – Equipamentos e Materiais Didáticos	60h	
16 – Segurança na Sociedade e nas Escolas	60h	
	PARTE DIVERSIFICADA	120h
Carga horária total	PPS + Formação Pedagógica + Formação Técnica Geral + Formação Técnica Específica	1.500h

MÓDULOS COMUNS ÀS HABILITAÇÕES

MÓDULOS ESPECÍFICOS À HABILITAÇÃO

Quadro 5 - Quadro geral das disciplinas conforme formação específica

PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA – 480h			
	A - Orientações Gerais - 60 h B - Fundamentos e Práticas em EaD - 30 h C - Orientações para a Prática Profissional Supervisionada - 30 h			
	Módulos de Formação Pedagógica – 360h			
	1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores 2 – Educadores e Educandos: tempos históricos 3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica 4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica 5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação 6 – Gestão da Educação Escolar			
NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL – 180h				
7 – Informática Básica 8 – Produção Textual na Educação Escolar 9 – Direito Administrativo e do Trabalho				
NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA – 420h				
SECRETARIA ESCOLAR 420h	MULTIMEIOS DIDÁTICOS 420h	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 420h	INFRAESTRUTURA ESCOLAR 420h	
10 – Trabalho Escolar e Teorias Administrativas 11 – Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola 12 – Legislação Escolar 13 – Técnicas de Redação e Arquivo 14 – Contabilidade na Escola 15 – Administração de Materiais 16 – Estatística Aplicada à Educação	10 – Teorias da Comunicação 11 – Audiovisuais 12 – Biblioteca Escolar 13 – Oficinas Culturais 14 – Laboratórios 15 – Informática Aplicada à Educação 16 – Informática Aplicada às Artes	10 – Alimentação e nutrição no Brasil 11 – Alimentação Saudável e Sustentável 12 – Políticas de Alimentação Escolar 13 – Produção e Industrialização de Alimentos 14 – Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas 15 – Organização e Operação de Cozinhas 16 – Planejamento e Preparo de Refeições Saudáveis na Alimentação Escolar	10 – Teorias do Espaço Educativo 11 – Meio Ambiente, Sociedade, Higiene e Educação 12 – Técnicas de Construção 13 – Equipamentos Hidráulicos e Sanitários 14 – Equipamentos Elétricos e Eletrônicos 15 – Equipamentos e Materiais Didáticos 16 – Segurança na Sociedade e nas Escolas	



Pratique

Vamos
lá!

Participe de um Encontro Presencial de turma de algum curso do Profucionário que já esteja estudando as disciplinas técnicas específicas. Observe as atividades e discussões e tente imaginar você também adiantado(a) no seu curso. Redija um pequeno Memorial com suas impressões.

3.5. Processo de avaliação

Avaliar é um desafio político, social e cultural. Um desafio pedagógico, sobretudo!

Avaliar pode significar reconhecer e identificar diferenças, desigualdades, diversidades, grupos étnicos, gêneros, gerações e classes sociais, ritmos e tempos diferentes.

Avaliar pode significar, por outro lado, discriminar, selecionar, mapear, controlar, hierarquizar.

Avaliar pode significar, ainda, um momento de explicitação de culturas, de crenças, de valores, de identidades, de visões do mundo e de educação, de balanço coletivo e pessoal.



Avaliar é um ato de reflexão e de crítica que só tem sentido se inserido no contexto histórico, social, político, territorial e cultural: no contexto de vida dos sujeitos envolvidos. Avaliar é a possibilidade de indivíduos e grupos sociais se situarem nos processos em que se constituem como sujeitos históricos.

É nesse último sentido que a avaliação é proposta no Profucionário. Significa dizer que os procedimentos, os materiais, as relações, os processos de aprendizagem, as experiências vivenciadas individual e coletivamente, a interação social, as dificuldades, as conquistas, os desafios assumidos e as gotas de esperanças devem ser valorizados, levados em conta na avaliação. Não para julgar, mas para poder ser e fazer diferente.

Envolvendo essa diversidade de elementos, visões e utopias, a avaliação deve acontecer continuamente ao longo do processo de autoformação de todos os sujeitos envolvidos no Profucionário, que é um processo de desconstrução e reconstrução da identidade profissional.





No que concerne ao processo de avaliação da aprendizagem, deve ser contínuo ao longo do estudo de cada disciplina: com base em reflexão dialógica e participativa entre o tutor e o estudante, que devem considerar as relações entre os conhecimentos historicamente construídos e a escola, a educação e as práticas profissionais do cotidiano, além das relações com as experiências de vida.

Por isso, o registro de todas as atividades do estudante (sejam relatos, descrições ou narrativas, sejam questionamentos, dúvidas, discordâncias, sugestões, sentimentos e propostas) deve ser cuidadosamente feito, pois expressa a maneira como ele se apropriou e/ou construiu conhecimentos, valores, habilidades e permite ao tutor encaminhá-lo para novos desafios e para outras formas de participação social.

O Profucionário foi concebido de tal forma que o percurso pedagógico do estudante, a partir de sua experiência na escola e no sistema educacional, leve-o, gradativamente, a se familiarizar com outros conhecimentos, habilidades e valores que passam a constituir sua nova identidade profissional.

No Profucionário, prioriza-se, então, a avaliação participativa e dialógica, realizada ao longo de cada uma das disciplinas, nos encontros presenciais e na PPS, que são momentos constitutivos de um mesmo processo.

O processo de avaliação é momento do processo de formação (ele deve contribuir para a aprendizagem, mas não julgá-la) e tem objetivo emancipatório: que os sujeitos envolvidos se tornem capazes de se autoavaliar (avaliar-se com autonomia) em relação ao processo de que participam como protagonistas.

Com esse raciocínio, o processo de avaliação se faz por meio de um **Memorial**, de autoria individual do estudante, comentado e problematizado pelo tutor.

O Memorial deve ser compreendido como documento/instrumento para registro das reflexões e da compreensão das vivências e experiências dos estudantes, bem como das suas dúvidas, observações e experimentações realizadas e relacionadas com os saberes e problemas colocados nas disciplinas.

O **Memorial** é uma produção individual do estudante, mas você, tutor, é um grande colaborador nesse processo de registro.



As situações de estudo e de trabalho, que remetem das disciplinas às atividades teórico-práticas, que vão desde a manipulação de ferramentas ou execução de cardápios até a participação em conselhos e em seminários, constituem objeto para registro no Memorial, mediado por reflexões e ideias próprias do estudante, que o conduzirão à autoavaliação: à percepção de si no processo de formação.

O Memorial permite ao estudante e ao tutor perceberem um conjunto de elementos do processo de formação, com a finalidade de captar visões, reflexões, sonhos, questionamentos, dúvidas, ideias, críticas e dificuldades, observarem ritmos e avanços e, assim, redirecionarem os trabalhos para que todos aprendam, considerando a história de vida de cada um, bem como seus limites e diferenças.

O papel do tutor, nesse sentido, deve ser o de orientar o estudante na construção gradativa do Memorial, sendo portanto um documento/instrumento construído pelo estudante, com o qual poderá perceber a transformação do saber e do saber fazer da vivência em prática educativa profissional, no diálogo contínuo com o tutor. É o documento que deve acompanhar todo o processo formativo/transformador no Profucionário.

Além do Memorial, outros dois instrumentos formais estão previstos para o registro e avaliação da aprendizagem do estudante. Trata-se do Relatório das atividades da PPS e do Formulário de registro e acompanhamento do cumprimento da carga horária total dessas atividades, atestado com a assinatura dos responsáveis pela supervisão: o tutor e, em casos específicos, outros profissionais qualificados.

A avaliação da PPS não pode se valer apenas da formalidade do Relatório e do Formulário. A observação *in loco* (no local), juntamente com o Relatório Final, é que possibilitará ao tutor captar a posição do estudante em relação às competências exigidas nas experiências de atividades práticas planejadas.

A observação, contudo, não pode ser uma observação de juiz, mas deve ser uma observação participante e dialógica, pois a prática não é apenas momento de aplicação, mas, também, é momento de construção e aquisição de conhecimentos e competências.





É preciso deixar claro, ainda, que Memorial, Relatório Final e Formulário são documentos diferentes com objetivos diferentes. O Memorial destina-se aos próprios estudantes, porém, à medida em que for sendo escrito (inclusive durante os encontros presenciais) deve ser entregue ao(à) Tutor(a) para alimentar o diálogo e permitir sugestões e críticas, que constituem o “diálogo avaliativo. O Relatório Final, de autoria do estudante, por sua vez, documenta descritivamente a realização das atividades da PPS e os resultados alcançados (aquisição e construção de competências previstas) em processo e propostas. Este documento pode ser construído passo a passo, conforme a realização das atividades de PPS. O Formulário, por fim, serve para o registro dos locais onde foram realizadas as atividades, do número de horas previstas para as atividades, do tipo de atividade teórico-prática realizada e outros registros a serem definidos pelo IF ou pelas equipes estaduais.

O Relatório Final e o Formulário são documentos/instrumentos que visam à comprovação do cumprimento integral da carga horária da PPS. Nesse sentido, as descrições e conclusões do Relatório podem e devem fazer parte do Memorial, tomando-se o cuidado de não provocarem duplo trabalho. Assim, o que se produzir para o Relatório pode ser anexado ao Memorial, no qual se complementar com alguma reflexão autoavaliativa.

O processo de avaliação, portanto, é conduzido num diálogo entre estudante e tutor, cabendo ao último registrar a aprovação do primeiro a cada disciplina vencida e a cada atividade planejada da PPS – correspondente ou não a um “pratique” sugerido no Módulo.

Nessa concepção de participação e diálogo, trabalha-se com o entendimento de que o estudante tem o direito de reconstruir e recriar a prática, bem como a compreensão dela, no momento em que ela for considerada problemática pelo tutor ou posteriormente. Isso possibilita o adiamento da menção “aprovado”, a menos que o estudante formalize sua desistência do curso, observadas as normas do IF ou do Conselho Estadual.



Por fim, fica a cargo da instituição escolar certificadora – Instituto Federal ou escola credenciada como tal pelo respectivo Conselho Estadual de Educação – integrar em seu projeto político-pedagógico os procedimentos relativos aos registros das atividades, experiências e práticas desenvolvidas durante os processos de avaliação.





O quadro a seguir resume os instrumentos e princípios que orientam o processo de avaliação:

Quadro 6 – Resumo do processo de avaliação

PROCESSO DE AVALIAÇÃO	
INSTRUMENTOS	PRINCÍPIOS
Em cada módulo: práticas de leitura, de experimentação, de investigação, de reflexão e de produção textual.	Processual – contínua, de todos elementos e momentos de formação.
No curso: <u>memorial</u> reflexivo da trajetória do cursista.	Diagnóstica – percepção das dificuldades com vistas a reconstruir e criar outras possibilidades de compreensão e prática.
Na PPS: <u>relatório final</u> , descritivo e conclusivo, e <u>registro</u> das horas em formulário adequado.	Participativa/Dialógica – coletiva e interativa. Emancipatória – autoavaliação.

Como se vê, a avaliação nos cursos do Profucionário, conforme a modalidade EJA e o caráter de “formação em serviço” pouco se parece com a experiência de avaliação que funcionários tiveram em seu ensino fundamental (com provas de conteúdos, que os sujeitavam a “notas” e até a “reprovações”). Também não se assemelha à metodologia avaliativa dos cursos de EaD e da Rede ETEC, baseada em provas e “exames” presenciais, conforme dispositivos legais. Não tem sentido algum submeter um funcionário ou funcionária, com anos de trabalho e experiência nas redes públicas de ensino, a uma avaliação reprobatória.

Isso não significa que estudantes não sejam avaliados. Pode acontecer - e tem acontecido - duas situações que, embora não pareça, valorizam a política de formação em serviço do Profucionário: a não-matrícula, quando o trabalhador não se dispõe à volta aos estudos e sua transformação em profissional da educação e a desistência, quando o(a) funcionário(a), já estudante superestima as dificuldades de seu curso e o abandona. Esses dois fatos têm preocupado a todos nós e nos motivam não somente a criar condições sociais e psicológicas de superação das barreiras pedagógicas e tecnológicas em cada caso, mas também a propor mudanças que qualifiquem a oferta dos cursos. Os Encontros de Tutores e os Cursos de Formação de Tutores têm sido





um espaço para essas discussões e avanços. De qualquer maneira, deve-se a cada momento se precaver para não deixar o Profucionário ser contaminado por formas de avaliação excludentes, humilhantes e ineficazes.

3.6 Sugestão para estudo das disciplinas

As disciplinas do Profucionário têm como base os textos de linguagem escrita que se chamavam “Módulos” de 2005 a 2011 e “Cadernos” de lá para cá. Esses textos foram escritos numa perspectiva dialógica e problematizadora, voltados diretamente ao estudante e buscando transmitir criticamente informações e conhecimentos por meio da remissão do leitor a problemas do campo da educação, do cotidiano das escolas e das relações entre escola, comunidade, sociedade e Estado.

Além do texto escrito, as disciplinas contêm ilustrações, para ampliar as possibilidades de compreensão e problematização dos conteúdos.

Cada disciplina está dividida em unidades que problematizam temas e conceitos específicos a serem estudados por meio de atividades de investigação, reflexão e/ou de aplicação teórico-prática, além de sugestões de atividades complementares, como assistir e debater filmes, ler textos mais específicos no desenvolvimento de conceitos e teorias e consultar páginas eletrônicas.

Observando-se os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos do Profucionário, todas as disciplinas seguem um desenho educativo expresso por uma iconografia que orienta o estudante na leitura, indicando atividades investigativas e reflexivas, atividades complementares e destacando passagens importantes do texto escrito, além de sugerir materiais alternativos e complementares de estudo, como será mostrado a seguir:

Quando se encontra o ícone **ATENÇÃO, é porque há algo importante no texto que merece ser tratado com mais demora e cuidado para ser bem compreendido.**

- Este ícone **SAIBA MAIS** aparece nas disciplinas para indicar outras fontes de consulta, como livros, filmes, músicas, entre outros, os quais





são fontes complementares para a compreensão do assunto que está sendo tratado naquele momento do estudo.



- Os ícones **REFLITA** convidam a parar a leitura por um momento e pensar sobre o problema e/ou situação que estão sendo colocados. Normalmente, essa parada é fundamental para compreender a sequência da disciplina. Às vezes, o ícone Reflita indica a necessidade de uma investigação fora da disciplina, seja teórica (em outros materiais) ou empírica (na vivência).

Dicionário

A-Z

DICIONÁRIO indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizados no texto.

Em outras palavras

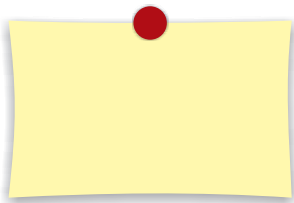


EM OUTRAS PALAVRAS apresenta uma expressão de forma mais simples.

Pratique

Vamos lá!

- Por fim, os ícones **PRATIQUE** são aqueles que sugerem as principais atividades teórico-práticas a serem realizadas durante o estudo da disciplina. Essas atividades servem tanto para problematizar como para explicar ou provocar a construção ou reconstrução daquilo que se está acostumado a fazer. As atividades propostas por meio do ícone Pratique, assim como algumas atividades propostas por meio dos ícones Reflita e Saiba Mais, que exigem pesquisa fora das disciplinas, são, ao mesmo tempo, sugestões para o plano de Prática Profissional Supervisionada, conforme decisão a ser tomada entre estudante e tutor e devem ser registradas reflexivamente no memorial.



Outro recurso utilizado refere-se a uma anotação lateral que tem a intenção de uma informação adicional, lembrete ou reforço de algo já dito. Este tem um formato de um "post it".

Além dessa iconografia, as disciplinas apresentam também **figuras e fotografias ilustrativas** e educativas que permitem ao leitor visualizar e conhecer objetos e equipamentos importantes na formação profissional. Também por meio das figuras e fotografias o leitor tem a possibilidade de visualizar e conhecer objetos e equipamentos importantes na formação profissional, como no exemplo a seguir:



Antonio Gramsci (1891-1937) foi um dos maiores pensadores marxistas. Italiano, natural da Sardenha, funda o Partido Comunista Italiano em 1921. Eleito deputado em 1924, é perseguido juntamente com outros membros do PCI pelo governo fascista de Mussolini. Preso em novembro de 1926, permanece encarcerado até as vésperas de sua morte, em 1937.



Antonio Gramsci

Ao se transferir, na gestão superior, da SEB para a Setec, os cursos do Profucionário passaram a contar com dois enriquecimentos:

a) uma ampliação da equipe de formadores: além dos tutores presenciais, que seguem a turma durante o curso (ou pelo menos no Núcleo Pedagógico e no Núcleo Técnico) e dos coordenadores (responsáveis pela gestão do programa, dos polos, dos cursos e da formação dos tutores) surgiram as figuras de tutores a distância e de professores orientadores, no formato de organização da Rede Etec.

Deve-se cuidar para que essa “importação” de novos atores não traga práticas conteudísticas e de controle avaliativo - legítimas em cursos para adolescentes em sua formação técnica inicial, mas incompatíveis com a concepção e prática da formação continuada em serviço.

b) coincidentemente, a transferência para a Setec - e, daí, para a oferta dos IF - trouxe a rica possibilidade de introduzir, além dos Cadernos Impressos, de novas tecnologias didáticas. Uma é a dos AVA (Ambientes Virtuais de Aprendizagem), usando os computadores e a internet. Outra é a dos audio-visuais - dos mais simples e rápidos até vídeo-aulas. Como recursos complementares e enriquecedores, que valorizem e se articulem com os Cadernos, os AVA e os Vídeos são bem-vindos. Mas é fundamental que se conserve e se desenvolva a utilização dos Cadernos, tanto como reforço para a criação do hábito de leitura quanto para a construção de um corpo de conhecimentos que seja o alicerce de um itinerário formativo, que se inicia com os cursos técnicos, continua com os cursos tecnológicos em nível de graduação superior e atinja os espaços da pós-graduação - como claramente disposto no artigo 62-A da LDB.







Unidade 4

Ementário



Aqui se encontra, nas ementas, a indicação dos conteúdos para elaboração de cada uma das trinta e oito disciplinas que compõem as quatro habilitações oferecidas no Profucionário.

As ementas, assim, orientam os elaboradores a definir e a valorizar os conhecimentos e competências mais importantes a serem buscados no estudo de cada módulo.

4.1 Núcleo de Formação pedagógica comum às quatro habilitações

DISCIPLINA	EMENTA
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
A - Orientações Gerais Organizador: João Antônio Cabral de Monlevade	O nascimento e a evolução do PROFUNCIÓNÁRIO. A proposta político-pedagógica: conceitos, metodologia e objetivos, estrutura e funcionamento do programa e dos cursos.
B - Fundamentos e Práticas na EaD Autor do Caderno: Artemilson Alves de Lima	A utilização da modalidade Educação a Distância no PROFUNCIÓNÁRIO. Conceitos, modelos e sistemas de educação a distância.
C - Orientações para a Prática Profissional Supervisionada Autor do Caderno: João Antonio Cabral de Monlevade	A Prática Profissional Supervisionada como vivência da ação educativa. O conhecimento: construção e tipos. Princípios éticos que norteiam a prática profissional. Métodos de estudo, pesquisa, observação. Elaboração de relatório.
1 - Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores Autor do Caderno: João Antônio Cabral de Monlevade	Os funcionários da escola no contexto da educação escolar. Papel social da escola e as funções educativas não docentes: prática integrada, profissionalismo e compromisso social. Relação entre os funcionários e a estrutura e operação das etapas e modalidades da educação básica: legalidade e realidade. Papel dos funcionários na elaboração e na execução da proposta pedagógica e da gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino.
2 - Educadores e Educandos: tempos históricos Autora da Caderno: Maria Abádia da Silva	A educação e a escola através dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. Educação e ensino. Funções da escola na sociedade capitalista. As relações entre classes sociais e educação. Processos educativos: continuidades e discontinuidades. Movimentos sociais de mudanças e de resistência. Diversidade étnico-cultural: homens e mulheres sujeitos históricos. Governo, mercado e educação.



DISCIPLINA	EMENTA
<p>3 - Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica</p> <p>Autor do Caderno: Dante Diniz Bessa</p>	<p>Processo de construção da cidadania. Filosofia como instrumento de reflexão e prática. Ética, moral e política. O ambiente físico e social. Relações homem-natureza. Aspectos e valores culturais. Linguagem e comunicação.</p>
<p>4 - Relações Interpessoais: abordagem psicológica</p> <p>Autora do Caderno: Regina Lúcia Sucupira Pedroza</p>	<p>Processo de desenvolvimento humano: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Relações e práticas pedagógicas educativas na escola. Relações interpessoais na perspectiva da construção coletiva na educação. Desenvolvimento afetivo e cognitivo.</p>
<p>5 - Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação</p> <p>Autores do Caderno: Ricardo Gonçalves Pacheco Erasto Fortes Mendonça</p>	<p>A sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Elementos e características do Funcionalismo e do Materialismo Dialético. Educação na perspectiva conservadora: o registro conservador de Émile Durkheim e a influência do pensamento liberal de John Dewey e da teoria do Capital Humano. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho: o desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. A reestruturação do modo de produção capitalista. As reformas do Estado, o papel da escola e o compromisso social dos trabalhadores da educação.</p>
<p>6 - Gestão da Educação Escolar</p> <p>Autor do Caderno: Luiz Fernandes Dourado</p>	<p>Administração e gestão da educação: concepções, escolas e abordagens. A gestão da educação: fundamentos e legislação. Reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Gestão, descentralização e autonomia. Gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos.</p>



4.2 Núcleo de Formação Técnica Geral e Específica

Os elaboradores e ementas das disciplinas a seguir correspondem à 1ª e 2ª edição desses módulos e estão sujeitos a mudanças e adaptações na presente edição de 2012, sob responsabilidade da SETEC/MEC.

4.2.1 Núcleo de Formação Técnica Geral

DISCIPLINA	EMENTA
7 - Informática Básica Autor do Caderno: João Kerginaldo Firmino do Nascimento	Curso Básico de Informática. Descobertas e criações do homem na sua relação com a natureza e o trabalho. Industrialização no Brasil. O que é tecnologia. Tecnologias da Informação. Internet e acesso à tecnologia da informação no Brasil. Tecnologias e mercado de trabalho. O que é informática. A informática na formação do trabalhador. Sistema operacional Windows XP. Editor de texto Word XP. Navegador Internet Explorer. Linux. O editor de texto no KWord. Navegador Mozilla Firefox.
8 - Produção Textual na Educação Escolar Autora do Caderno: Olga Cristina Rocha de Freitas	Produção de textos. Leitura e compreensão de textos. Desenvolvimento da leitura e escrita em documentos oficiais educacionais. A arte de ler, de escrever e de comunicar.
9 - Direito Administrativo e do Trabalho Autor do Caderno: Walter Candido Borsato de Moraes	Conceitos fundamentais de Direito. O mundo do trabalho. A Constituição Federal e a conquista da cidadania. Os direitos do trabalhador brasileiro. Elementos de Direito Administrativo. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.

4.2.2 Técnico em Secretaria Escolar

DISCIPLINA	EMENTA
10 - Trabalho Escolar e Teorias Administrativas Autor do Caderno: José Vieira Sousa	Concepções de educação e relação escola-sociedade. Grupo e organização: conceito, tipologia e características. Principais teorias administrativas: fundamentos conceituais e históricos da Administração. Política, planejamento e legislação educacional: conceitos, relações e a questão meios e fins na educação. Planejamento escolar: diagnóstico, execução e avaliação. Ética e transparência no serviço público.
11 - Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola Autores do Caderno: Regina Vinhaes Gracindo João Antônio Cabral de Monlevade	A escola, o Sistema Educacional e a relação entre as diversas instâncias do Poder Público. O processo de construção da gestão democrática na escola e no sistema de ensino, seus instrumentos e elementos básicos. O financiamento da educação no Brasil e a gestão financeira da escola. O processo de construção do projeto político-pedagógico e a participação dos diversos segmentos escolares.
12 - Legislação Escolar Autores do Caderno: Ricardo Gonçalves Pacheco Aquiles Santos Cerqueira	A educação nas Constituições. O Plano Nacional de Educação e propostas do CONED. O regimento escolar. A educação pública nas Constituições. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996. Plano Nacional de Educação e propostas do CONED. Regimento Escolar: Construção e significado na perspectiva da autonomia.
13 - Técnicas de Redação e Arquivo Autora do Caderno: Rosineide Magalhães de Sousa	Leitura e interpretação da legislação. Credenciamento, autorização e reconhecimento de escolas. Os documentos escolares. Escritas e registros. Avaliação escolar. Relações entre sistemas. Certificações: diplomas, certificados, atestados e declarações. Históricos e transferências.
14 - Contabilidade na Escola Autores do Caderno: Carlos Mattos de Souza Junior Carlos Augusto de Medeiros	Noções básicas de contabilidade. Prática contábil. Contabilidade na escola. Finanças públicas. Receita e tributação. Classificação de despesas. Balanços. Orçamentos. Contabilidade da escola e da rede escolar.
15 - Administração de Materiais Autora do Caderno: Olga Cristina Rocha de Freitas	A materialidade do processo educativo escolar: prédios, equipamentos e recursos didáticos. Relação entre equipamentos físicos, materiais pedagógicos, educação e aprendizagem. Gestão de rede, de escola e de sala de aula: a questão da descentralização. Compras, produção e conservação. Almoxarifado. Equipamentos patrimoniais.
16 - Estatística Aplicada à Educação Autor do Caderno: Carlos Augusto de Medeiros	Conceitos matemáticos: razões e proporções; grandezas e medidas; regra de três simples; porcentagem; coeficientes, taxas e índices; sistema de coordenadas cartesianas; arredondamento. Variáveis, tabelas e gráficos: população e amostra; estatística descritiva e estatística indutiva ou inferencial; variáveis; tabelas; gráficos: diagramas, cartogramas e pictogramas. Distribuição de frequência: dados brutos e rol; distribuição de frequência: gráficos de uma distribuição; curvas de frequência. Medidas de resumo: medidas de tendência central (média, média aritmética ponderada, mediana e moda); medidas de dispersão (dispersão e variação, desvio padrão e coeficiente de variação); medidas de posição (quartis, decis e percentis).



4.2.3 Técnico em Multimeios Didáticos

DISCIPLINA	EMENTA
10 - Teorias da Comunicação Autor do Caderno: Dante Diniz Bessa	Comunicação humana. História da comunicação. Comunicação e linguagem. Elementos de semiótica. Formas e tecnologias de comunicação. Comunicação e educação. Comunicação, ensino e aprendizagem. Mídia e comunicação: imprensa, rádio, cinema, televisão e internet.
11 - Audiovisuais Autora do Caderno: Laura Maria Coutinho	A importância do desenho e da pintura no processo civilizatório. As grandes escolas de artes plásticas. O rádio e a massificação informativa. Fotografia: teoria e prática. Cinema: produção e consumo. O vídeo: produção e uso educativo. Rádios e televisões educativas. A interação entre a escola e a mídia
12 - Biblioteca Escolar Autores do Caderno: Graça Pimentel Liliane Bernardes Marcelo Santana	Biblioteca escolar. Organização de acervo bibliográfico. Dinamização da biblioteca. Mediadores da leitura. O museu e a escola.
13 - Oficinas Culturais Autores do Caderno: Graça Pimentel Jacinto Guerra Liliane Bernardes Carneiro	Educação e cultura. O Brasil e a diversidade cultural. Cultura erudita, cultura popular e cultura de massa. Identidade cultural da comunidade escolar. Atividades culturais na escola.
14 - Laboratórios Autores do Caderno: Gleidson Bomfim da Cruz Joelma Bomfim da Cruz Campos	A experimentação como prática científica. As grandes descobertas. Laboratórios. O desenvolvimento dos laboratórios escolares: concepção, uso e rotina. Laboratório de Ciências: biologia, química e física. Laboratório do ensino de línguas. Laboratório de informática. Perfil do técnico em laboratórios.
15 - Informática Aplicada à Educação Autor do Caderno: João Kerginaldo Firmino do Nascimento	Informática na educação. Histórico da informática educativa no Brasil. O uso do computador na escola como recurso pedagógico. A importância da capacitação e do papel do professor, do administrador escolar e do funcionário da educação. O uso da internet na educação.
16 - Informática Aplicada às Artes Autores do Caderno: Suzete Venturelli Lúcio Teles	Informática para a criação artística. O computador como ferramenta para trabalhos artísticos. Ferramentas básicas do NVU, para criação de páginas em HTML para rede internet. Apresentação do programa Gimp, para edição de imagens. Realização de atividade prática.



4.2.4 Técnico em Alimentação Escolar

DISCIPLINA	EMENTA
10 - Alimentação e Nutrição no Brasil Autoras do Caderno: Eliane Said Dutra Kênia Mara Baiocchi de Carvalho	Contextualização da nutrição no âmbito da Saúde pública. Políticas de Saúde Pública no Brasil direcionadas à alimentação e nutrição. Segurança alimentar e nutricional. Distúrbios nutricionais como problema de saúde pública no Brasil. Perfil nutricional da população brasileira. Padrões alimentares regionais e culturais no Brasil.
11 - Alimentação Saudável e Sustentável Autoras do Caderno: Eliane Said Dutra Kênia Mara Baiocchi de Carvalho	Conceitos: Nutrição, Alimentação e Saúde. Classificação e funções dos nutrientes. Alimentares. Nutrição nos ciclos da vida. Alimentação e Mídia Alimentação saudável.
12 - Políticas de Alimentação Escolar Autora do Caderno: Lorena Gonçalves Chaves Medeiros	Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. Princípio e Diretrizes. Formas de gestão . Das ações de alimentação e nutrição na escola. A nutricionista e os técnicos em alimentação escolar. A agricultura familiar no programa. Controle de qualidade da alimentação escolar. Conselho de Alimentação Escolar. Alimentação escolar no contexto internacional.
13 - Produção e Industrialização de Alimentos Autoras do Caderno: Stella Lemke Maégela Lourenço do Nascimento Amorim	Dados da produção de alimentos no país. A produção, industrialização e distribuição de alimentos. Sazonalidade. Agricultura Familiar. Educação e alimentação escolar. Produção orgânica.
14 - Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas Autora do Caderno: Eliene Ferreira de Sousa	Conceito e estratégias de Educação alimentar e Nutricional nas Escolas -EANE. Educador alimentar. Projeto político – pedagógico interfaces com alimentação escolar. Cidadania e participação na escola. Hortas escolares pedagógicas.
15 - Organização e Operação de Cozinhas Escolares Autora do Caderno: Renata Bernardon	Boas práticas de Manipulação de Alimentos. Vigilância Sanitária. Higiene pessoal, do ambiente de utensílios e de equipamentos. Manejo de resíduos. Aproveitamento da água. Controle de vetores e pragas urbanas. Contaminantes de alimentos. Noções básicas sobre microrganismos e doenças transmitidas por alimentos. Saúde e segurança no trabalho.
16 - Planejamento e Preparo de Refeições Saudáveis na Alimentação Escolar Autoras do Caderno: Eliane Said Dutra Kênia Mara Baiocchi de Carvalho	Princípios do planejamento alimentar. Atendimento às diretrizes e as referências nutricionais do programa. Importância do cumprimento do cardápio elaborado por nutricionistas. Leis da Alimentação. Preparação e conservação de alimentos. Pesos e Medidas. Porcionamento. Ficha Técnica de Preparação. Desperdício de alimentos.



4.2.5 Técnico em Infraestrutura Escolar

DISCIPLINA	EMENTA
10 - Teorias do Espaço Educativo Autores do Caderno: Antonio Carlos Carpintero Jaime Gonçalves Almeida	Conceito de espaço. História dos espaços escolares como expressão de diferentes culturas e pedagogias. Espaço natural, espaço arquitetônico e espaço educativo. O colégio jesuítico nas cidades e nas missões. O espaço escolar na educação pombalina. Os prédios escolares do Império e da Primeira República. O enxugamento dos espaços escolares nas décadas de massificação: salas de aula e dependências administrativas. O papel dos funcionários em cada modelo de escola. O currículo como modelador dos espaços: salas-ambiente. Educação e entorno socioambiental. Teorias de manutenção da qualidade material das edificações e dos equipamentos.
11 - Meio Ambiente, Sociedade, Higiene e Educação Autor do Caderno: Ivan Dutra Faria	Noções básicas de ecologia, meio ambiente e sua preservação. Contribuições da física, química e biologia. Equilíbrio ecológico. A ocupação da natureza do território brasileiro e do município pelo homem em suas atividades econômicas: os impactos ambientais. Educação escolar e meio ambiente. Preservação dos mananciais hídricos. Manejo do lixo na comunidade e na escola. Desenvolvimento social e ambiental. A higiene como expressão material da saúde humana. Construção social do conceito de higiene e de sua realidade na escola. Cidade limpa, bairro limpo, escola limpa. O uso higiênico dos espaços escolares. O uso da água como bem escasso da natureza, da comunidade e da escola. Hábitos de higiene dos estudantes e limpeza do ambiente escolar. Coleta seletiva de lixo. O papel do funcionário como gestor da limpeza e higiene na escola.
12 - Técnicas de Construção Autor do Caderno: Alessandro Guimarães Pereira	Construção como aplicação de materiais e de suas relações com a sustentabilidade ambiental. Arquitetura, engenharia civil e educação. Evolução histórica das construções: na Europa, na América pré-colombiana, no Brasil colonial, independente e moderno. Leitura e desenho de projetos. Especificações escolares. Leitura de plantas de prédios escolares. Prática elementar de construções e reformas: alicerces, vigas, pilares, ferragens, paredes, rebocos, azulejos, pisos, pintura, impermeabilizações, cercados, muros. Instalações elétricas e hidrossanitárias adaptadas às especificações escolares. Construção e manutenção de quadros de giz. Orçamentação e custos de construções. Papel do funcionário quanto à construção, conservação e manutenção física dos prédios escolares. Qualidade e segurança.
13 - Equipamentos Hidráulicos e Sanitários Autora do Caderno: Chenia Rocha Figueiredo	O planeta água. Captação, distribuição e consumo de água nas escolas. Acesso à água potável. Bebedouros e refrigeradores: estrutura, funcionamento e reparos. Equipamentos hidrossanitários nas cozinhas, cantinas e sanitários. Leitura de plantas dos projetos hidrossanitários. Estrutura e funcionamento da rede de esgotamento sanitário, próprio ou integrado à cidade. Prática de reparos nos equipamentos hidráulicos e sanitários
14 - Equipamentos Elétricos e Eletrônicos Autora do Caderno: Chenia Rocha Figueiredo	Eletricidade como fonte de energia. Fundamentos teóricos e aplicações na escola. Iluminação de ambientes externos e internos ao prédio escolar. Equipamentos e gasto de energia: estrutura e funcionamento. Ventilação e condicionamento artificiais do ar. Instalações elétricas. Manutenção e reparo de instalações e equipamentos. Aparelhos eletrônicos: manuseio, manutenção e reparos. Progresso científico e impacto ambiental da produção de energia.
15 - Equipamentos e Materiais Didáticos Autora do Caderno: Olga Cristina Rocha de Freitas	Conceitos básicos de Didática e Metodologias do ensino na educação básica. Equipamentos e materiais de creches e de pré-escolas. Equipamentos e materiais nos processos de alfabetização. Equipamentos e materiais no ensino fundamental e médio: do quadro de giz aos recursos específicos modernos. Equipamentos e recursos específicos para portadores de necessidades educacionais especiais. Papel do técnico em sua relação com professores e estudantes.



16 - Segurança na Sociedade e nas Escolas

Autor do Caderno:
João Antonio Cabral de Monlevade

Conceitos de segurança. Relações sociais e educativas na comunidade e na escola: separação e integração. Cidade segura, bairro seguro, escola segura. Segurança no interior da escola: o funcionário como agente repressor ou mediador de conflitos. O adolescente infrator e a reeducação. O Estatuto da Criança e do Adolescente.



Referências

AZEVEDO, Janete. Educação como política pública. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BESSA, Dante Diniz. Produção de conhecimentos e de sujeitos críticos em educação: reflexões sobre a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas. In: MUNHOZ, A.; FELDENS, D.; SCHUCK, R. Aproximações sobre o sujeito moderno: traçando algumas linhas. Lajeado: Univates, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação Básica. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de profissional de Serviços de Apoio Escolar.

Parecer CNE/CEB nº 16/2005. Aprovado em 3 de agosto de 2005. A ser homologado pelo Ministro da Educação. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. Por uma Política de Valorização dos Trabalhadores em Educação. Em cena, funcionários de escola. Brasília, set. 2004.

CADERNOS CEDES. Arte e Manhas dos projetos políticos e pedagógicos. Campinas, v. 23, nº 61. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e Contradição. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

DOURADO, Luiz Fernandes; SANTOS, C. A.; MORAES, K. N.º; OLIVEIRA, J. F. Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia. 1a. ed. Goiânia: Alternativa, 2003.

FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia A. S. (org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza S.; OLIVEIRA, João Ferreira (org.). Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate. Goiânia: Editora UCG, 2004.



FREITAS, Olga. Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, funcionários de escola. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MENDONÇA, Erasto Fortes. A Regra e o Jogo. Campinas/SP: Lapplane, 2000.

MONLEVADE, João Antonio C. Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis. Brasília: Idea, 2000.

MONLEVADE, J.A.C. Profissionalização ou Terceirização? O Futuro dos Funcionários da Educação à Luz das Conquistas e Desafios do Presente, Brasília: Edição do Autor, 2014

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino e LIMA, Manoel C. Terceirização na educação: a face moderna do retrocesso. Brasília: SAE/DF, 2001.

OLIVEIRA, Dálila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. Política e gestão da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PACHECO, Ricardo Gonçalves. Bolsa escola e renda minha: renda minha e educação na visão das mães. Brasília, 2005. Dissertação de Mestrado, FE/UnB.

PEDROZA, Regina L. S. ; YOKOV, T. Psicologia escolar em educação infantil: reflexões de uma atuação. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 9, nº 1, 2005.

RIOS, Terezinha A. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA JUNIOR, João Reis. A reforma do Estado e da educação. São Paulo: Xamã, 2003.

SILVA, Maria Abádia. Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: Autores Associados/FAPESP, 2002.

TEIXEIRA, Anísio Espíndola. Educação não é privilégio. São Paulo: Nacional, 1969.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. As dimensões do projeto político-pedagógico. Campinas: Papiрус, 2001.

VIEIRA, Evaldo. Democracia e política social. São Paulo: Cortez, 1992.

